

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 174

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 22 DE NOVEMBRO DE 1999

ANO XXV

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Valdir Rossoni
PFL.....	Plauto Miró Guimarães
PTB.....	Ademar Traiano
PMDB.....	Orlando Pessuti
PPB.....	Tony Garcia
PT.....	Péricles de Holleben Mello
PDT.....	Edgar Bueno
PSDB.....	José Maria Ferreira
PL.....	Pastor Edson Praczyk
PSB.....	Ricardo Maia
PSC.....	
PSL.....	Edno Guimarães
PST.....	Divanir Braz Palma

Representação Partidária

PTB - 11: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kiele - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gauchó - Serafina Carrilho; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo (licenciado) - Luciana Rafagnin - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; BLOCO PARLAMENTAR - PSL/PL/PSC - 05: Edno Guimarães - Pastor Edson Praczyk - Geraldo Catário - Luiz Carlos Martins - Miltinho Puppio.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 37ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
22 DE NOVEMBRO DE 1999**

(segunda-feira)

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus, secretariada pelos Senhores Deputados Hermas Brandão e Carlos Simões.

Às dezenove horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Justus, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Beraldin, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas de Oliveira, Nereu Moura, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (49). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Caíto Quintana, Beto Richa, Cesar Seleme, Hidekazu Takayama e Orlando Pessuti (05).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não há expediente a ser lido, nem oradores inscritos.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 07/98, de autoria dos Deputados Luiz Carlos Zuk, Marquinhos Alves, José Tavares e Edgar Bueno. Veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 009/98, que dispõe sobre reeleição de dirigentes das instituições de ensino superior, mantidas pelo Estado do Paraná. **RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OF/CTL/SEEG nº 147/98.

Curitiba, em 28.04.98.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 041/98, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei parcialmente o Projeto de Lei nº 009/98, por julgar as partes vetadas contrárias ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre reeleição de dirigentes das Instituições de Ensino Superior, mantidas pelo Estado do Paraná, tendo o veto parcial apostado incidido sobre o art. 2º e seu parágrafo único.

A negativa de sanção ao referido art. 2º e a seu parágrafo único, deve-se à total desnecessidade de tais dispositivos, uma vez que, em face das peculiaridades da matéria e da natureza jurídica das Instituições de Ensino Superior, algumas das pretendidas normas poderão encontrar definições através dos respectivos regulamentos e, ainda, porque a exclusão, prevista no vetado parágrafo único, não teria nenhuma eficácia pela inexistência de casos concretos que pudessem ser atingidos.

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

PROJETO DE LEI Nº 009/98

Art. 1º - Fica permitida a reeleição de dirigentes das Instituições de Ensino Superior, mantidas pelo Estado do Paraná.

Parágrafo Único - A reeleição, de que trata o caput do presente artigo, será permitida por uma única vez, para um mandato consecutivo de 4 (quatro) anos.

Art. 2º - Fica alterado o art. 2º, da Lei nº 8345, de 21 de julho de 1986, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - Considera-se comunidade universitária a totalidade dos membros do corpo docente, ativos e inativos, do corpo discente e do quadro de funcionários em pleno exercício de suas funções.”

Parágrafo Único - Exclui-se da disposição prevista no caput deste artigo, as Instituições de Ensino Superior cujo processo eleitoral já esteja em andamento, com os regimentos eleitorais devidamente aprovados nos seus Conselhos Superiores.

Art. 3º - A regulamentação da presente lei no âmbito de cada Instituição de Ensino Superior, será definida pelo respectivo Conselho Superior, obedecidas as leis que regem a matéria.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.01.98.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

JUSTIFICATIVA:

A reeleição para definição dos mandatários aos cargos públicos, nos mais diferentes níveis de direção, sendo gradativamente institucionalizada na sociedade brasileira, visando permitir, àqueles que estejam exercendo um cargo eletivo, a recondução ou não para o mesmo cargo eletivo, pela vontade manifestada, pelo voto, por quem de direito.

Assim é que para os mais altos postos da Administração Pública brasileira tal instituto já foi legalmente autorizado, e Presidente da República, Governadores de Estado e Prefeitos Municipais já podem se submeter ao crivo popular e se recandidatarem.

Nas Universidades Públicas Federais, a reeleição está prevista na Lei nº 9192, de 21 de dezembro de 1995, em seu Artigo 1º, Parágrafo Único:

“Art. 1º - (...)”

Parágrafo Único - No caso de instituição federal de ensino superior, será de quatro anos o mandato dos dirigentes a que se refere este artigo, sendo permitida uma única recondução ao mesmo cargo, observando nos demais casos o que dispuserem os respectivos estatutos ou regimentos aprovados na forma da legislação vigente, ou conforme estabelecido pelo respectivo sistema de ensino”.

Nas Instituições de Ensino Superior mantidas pelo Governo do Estado do Paraná já é permitida a recondução, por mais um mandato e para o mesmo cargo, para diferentes níveis de direção e de representação.

Ora, a tendência que se verifica na maior parte das Instituições é a de permitir a recondução, por mais um mandato, não há porque vedar esta possibilidade aos dirigentes máximos das Instituições de Ensino Superior Público, mantidas pelo Governo do Estado do Paraná.

Por isto, propomos, através do incluso projeto de lei, a permissão de reeleição de dirigentes das Instituições de Ensino Superior mantidas pelo Governo do Estado do Paraná, por uma única vez, com mandato de 4 (quatro) anos, delegando a regulamentação da presente lei no âmbito de cada Instituição de Ensino Superior, para o seu Conselho Universitário ou correspondente, obedecida a legislação pertinente.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO VETO Nº 007/98

P A R E C E R :

A presente Proposição Veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 009/98, de autoria dos Deputados Luiz Carlos Zuk, Marquinhos Alves e José Tavares, que tem por objetivo vetar, parcialmente, o projeto de lei que dispõe sobre reeleição de dirigentes das instituições de ensino superior mantidas pelo Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação, vez que está dentro do prazo legal.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25.08.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
ELIO RUSCH - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Os Senhores Deputados que forem favoráveis à manutenção do veto, deverão se manifestar, votando com as cédulas que contêm a expressão “SIM” e os contrários, deverão se manifestar votando com as cédulas que contêm a expressão “NÃO”.

Passo a palavra ao Senhor 1º Secretário, para que proceda a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É feita a chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Hermas Brandão**)

Votaram 44 Senhores Deputados, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A Mesa convida os Senhores Deputados Luiz Carlos Zuk, Chico Noroeste e Pastor Edson Praczyk, para auxiliarem a apuração do respectivo escrutínio.

44 (quarenta e quatro) dos Senhores Deputados votaram.

Com a cédula “SIM”, 27 (vinte e sete) Senhores Deputados, e com a cédula “NÃO”. 17 (dezessete) Senhores Deputados.

Está mantido o veto.

A Mesa solicita aos Senhores Deputados que ocupem os seus lugares, para que possamos votar as duas matérias seguintes.

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 255/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 020/98, que institui a Política Estadual de Recursos Hídricos e cria o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos e dá outras providências.

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 255/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :**Capítulo I****Disposição Preliminar**

Art. 1º - Esta lei institui a Política Estadual de Recursos Hídricos e cria o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, como parte integrante dos Recursos Naturais do Estado, nos termos da Constituição Estadual e na forma da legislação federal aplicável.

Capítulo II**Política Estadual de Recursos Hídricos**

Art. 2º - A Política Estadual de Recursos Hídricos baseia-se nos seguintes fundamentos:

I - a água é um bem de domínio público;

II - a água é um recurso natural limitado dotado de valor econômico;

III - em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais;

IV - a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas;

V - a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos;

VI - a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.

Capítulo III**Objetivos**

Art. 3º - São objetivos da Política Estadual de Recursos Hídricos:

I - assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de águas em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos;

II - a utilização racional e integrada dos recursos hídricos, incluindo o transporte aquaviário, com vistas ao desenvolvimento sustentável;

III - a prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais.

Capítulo IV**Diretrizes Gerais de Ação**

Art. 4º - Constituem diretrizes gerais de ação para implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos;

I - a gestão sistemática dos recursos hídricos, sem dissociação dos aspectos de quantidade e qualidade;

II - a gestão sistemática dos recursos hídricos adequada às diversidades físicas, bióticas, demográficas, econômicas, sociais e culturais das diversas regiões do Estado;

III - a integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental;

IV - a articulação da gestão de recursos hídricos com o dos setores usuários e com os planejamentos regional, estadual e nacional;

V - a articulação da gestão de recursos hídricos com a do uso do solo e o controle de cheias;

VI - a integração da gestão das bacias hidrográficas com a dos sistemas estuarinos e zonas costeiras.

Art. 5º - O Estado do Paraná articular-se-á com a União e com outros Estados tendo em vista o gerenciamento dos recursos hídricos de interesse comum.

Parágrafo Único - A articulação com a União, referida no *caput*, contemplará mecanismos de delegação, ao Governo do Estado, da gestão de sub-bacias de rios federais que drenem o território paranaense.

Capítulo V**Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos**

Art. 6º - São instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos:

I - o Plano Estadual de Recursos Hídricos;

II - o Plano de Bacia Hidrográfica;

III - o enquadramento dos corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes da água;

IV - a outorga dos direitos de uso de recursos hídricos;

V - a cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos;

VI - o Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos.

Capítulo VI**Caracterização dos Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos****Seção I****Do Plano Estadual de Recursos Hídricos**

Art. 7º - O Estado elaborará, com base nos planejamentos efetuados nas bacias hidrográficas, o Plano Estadual de Recursos Hídricos (PLERH/PR), que conterá o seguinte:

I - objetivos a serem alcançados;

II - diretrizes e critérios para o gerenciamento de recursos hídricos;

III - indicação de alternativas de aproveitamento e controle de recursos hídricos;

IV - programação de investimentos em ações relativas à utilização, à recuperação, à conservação e à proteção dos recursos hídricos;

V - programas de desenvolvimento institucional, tecnológico e gerencial, de valorização profissional e de comunicação social, no campo dos recursos hídricos.

§ 1º - O Plano de que trata este artigo servirá como insumo e será elaborado em consonância com as Diretrizes Orçamentárias, o Orçamento Anual e o Plano Plurianual de Ação Governamental.

§ 2º - O Plano Estadual de Recursos Hídricos (PLERH/PR) terá vigência e horizonte de planejamento compatíveis com o período de implementação dos Planos de Bacia Hidrográfica, tendo seu capítulo referente ao diagnóstico de situação dos recursos hídricos do Estado atualizado segundo periodicidade ou conveniência estabelecidas pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR).

§ 3º - O Plano Estadual de Recursos Hídricos (PLERH/PR) conterá a divisão territorial do Estado, caracterizando cada bacia ou conjunto de bacias hidrográficas utilizadas para o gerenciamento dos recursos hídricos.

§ 4º - O Plano Estadual de Recursos Hídricos (PLERH/PR) deverá ser aprovado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR), *ad referendum* da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Seção II

Do Plano de Bacia Hidrográfica

Art. 8º - O planejamento de recursos hídricos, elaborado por bacia ou conjunto de bacias hidrográficas do Estado, consubstanciar-se-á, formalmente, em plano que visa a fundamentar e orientar a implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos e o seu respectivo gerenciamento.

Art. 9º - O Plano de Bacia Hidrográfica é de longo prazo, com horizonte de planejamento compatível com o período de implantação de seus programas, projetos, ações e atividades e terá o seguinte conteúdo mínimo:

I - diagnóstico da situação atual dos recursos hídricos;

II - análise de cenários alternativos de crescimento demográfico, de evolução de atividades produtivas e de modificações dos padrões de ocupação do solo;

III - balanço entre disponibilidade e demandas futuras dos recursos hídricos, em quantidade e qualidade, com identificações de conflitos potenciais;

IV - metas de racionalização de uso, adequação da oferta, melhoria da qualidade dos recursos hídricos dis-

poníveis, proteção e valorização dos ecossistemas aquáticos;

V - medidas a serem tomadas, programas a serem desenvolvidos e projetos a serem implantados, para o atendimento de metas previstas;

VI - divisão dos cursos de água em trechos de rio, com indicação da vazão outorgável em cada trecho;

VII - prioridade para outorga de direitos de uso de recursos hídricos;

VIII - diretrizes e critérios para cobrança pelos direitos de uso dos recursos hídricos;

IX - propostas para a criação de áreas sujeitas a restrição de uso, com vistas à proteção dos recursos hídricos e dos ecossistemas aquáticos.

Seção III

Do Enquadramento dos Corpos de Água em Classes Segundo os Usos Preponderantes da Água

Art. 10 - O enquadramento dos corpos de água em classes segundo os usos preponderantes deverá:

I - ser compatível com os objetivos e metas de qualidade ambiental definidos pelo respectivo Plano de Bacia Hidrográfica;

II - ser factível frente à disponibilidade social de inversão, sinalizada pelo quadro de fontes de recursos previsto no respectivo Plano de Bacia Hidrográfica;

III - objetivar padrões de qualidade das águas compatíveis com os usos a que forem destinadas, subsidiando o processo de concessão de outorga de direitos de uso dos recursos hídricos.

Art. 11 - As classes de corpos de água serão estabelecidas nos termos da legislação ambiental.

Seção IV

Da Outorga e da Suspensão da Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos

Art. 12 - O regime de outorga de direitos de uso de recursos hídricos do Estado tem como objetivos assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e efetivo exercício dos direitos de acesso à água.

Art. 13 - Estão sujeitos à outorga pelo Poder Público os seguintes direitos de uso de recursos hídricos, independentemente da natureza pública ou privada, dos usuários:

I - derivações ou captação de parcela da água existente em um corpo de água para consumo final, inclusive abastecimento público ou insumo de processo produtivo;

II - extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo;

III - lançamento, em corpo de água, de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não,

com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final;

IV - aproveitamento de potenciais hidrelétricos;

V - intervenções de macrodrenagem urbana para retificação, canalização, barramento e obras similares que visem ao controle de cheias;

VI - outros usos e ações que alterem o regime, a quantidade ou a qualidade da água ou o leito e margens de corpos de água.

§ 1º - Independem de outorga pelo Poder Público, conforme definido em regulamento, as acumulações, derivações, captações e lançamentos considerados insignificantes, estabelecidos conforme o inciso VI do artigo 39, desta Lei, incluindo-se dentre os usos insignificantes os poços destinados ao consumo familiar de proprietários e de pequenos núcleos populacionais dispersos no meio rural.

§ 2º - A outorga e a utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica estarão subordinadas ao Plano Nacional de Recursos Hídricos, obedecendo a disciplina da legislação setorial específica.

Art. 14 - Toda outorga estará condicionada às prioridades de uso estabelecidas nos Planos de Bacia Hidrográfica e deverá respeitar a classe em que o corpo de água estiver enquadrado bem como a manutenção de condições adequadas ao transporte aquaviário, quando for o caso.

Parágrafo Único - A outorga de uso dos recursos hídricos deverá preservar o uso múltiplo destes.

Art. 15 - A outorga de direito de uso de recursos hídricos poderá ser suspensa pela autoridade competente do Poder Executivo, parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, nas seguintes circunstâncias:

I - não cumprimento pelo outorgado dos termos da outorga;

II - a ausência de uso por três anos consecutivos;

III - necessidade premente de água para atender as situações de calamidade, inclusive as decorrentes de condições climáticas adversas;

IV - necessidade de se prevenir ou reverter grave degradação ambiental;

V - necessidade de se atender a usos prioritários, de interesse coletivo, para os quais não se disponha de fontes alternativas.

Art. 16 - A outorga confere ao usuário o direito de uso do corpo hídrico, condicionado à disponibilidade de água.

§ 1º - A outorga não implica a alienação parcial das águas, que são inalienáveis, mas simples direito de uso.

§ 2º - Haverá disponibilidade hídrica quando a vazão no curso de água for superior à respectiva vazão outorgável, no trecho da captação ou do lançamento e em todos os trechos localizados à jusante.

§ 3º - A vazão outorgável de um trecho de rio estabelece o limite da soma das outorgas a serem concedidas,

considerando os direitos de uso no próprio trecho e à montante deste.

§ 4º - A vazão outorgável de um trecho de rio estará associada à probabilidade de que a vazão efetiva do curso de água seja superior à vazão estabelecida como outorgável.

Art. 17 - Toda outorga de direitos de uso de recursos hídricos far-se-á por prazo não excedente a trinta e cinco anos, renovável.

§ 1º - Serão respeitados os prazos de vigência de outorgas e autorizações concedidas anteriormente à publicação desta Lei, sujeitando-se suas condições de validade à devida adequação aos termos dispostos pelo presente diploma legal e respectivo regulamento.

§ 2º - O Poder Executivo, ao emitir a outorga, mediante autoridade competente, observará a vigência de contratos de concessão de serviços públicos que impliquem na utilização de recursos hídricos, garantindo a autonomia municipal no que concerne aos serviços de saneamento básico.

Art. 18 - A outorga efetivar-se-á por ato da autoridade competente do Poder Executivo Estadual.

Seção V

Da Cobrança pelo Direito de Uso de Recursos Hídricos.

Art. 19 - O direito de uso de recursos hídricos sujeito à outorga será objeto de cobrança que visa a:

I - constituir-se em instrumento de gestão;

II - conferir racionalidade econômica ao uso de recursos hídricos;

III - disciplinar a localização dos usuários, buscando a conservação dos recursos hídricos de acordo com sua classe preponderante de uso;

IV - incentivar a melhoria do gerenciamento nas bacias hidrográficas onde forem arrecadados;

V - obter recursos financeiros para implementação de programas e intervenções contemplados em Plano de Bacia Hidrográfica.

Art. 20 - No cálculo do valor a ser cobrado pelo direito de uso de recursos hídricos, excluídos os usos definidos como insignificantes e não sujeitos à outorga, devem ser observados os seguintes fatores:

I - a classe de uso preponderante em que esteja enquadrado o corpo de água objeto do uso;

II - as características e o porte da utilização;

III - as prioridades regionais;

IV - as funções social, econômica e ecológica da água;

V - a época da retirada;

VI - o uso consumptivo;

VII - a vazão e o padrão qualitativo de devolução da água, observados os limites de emissão estabelecidos pela legislação em vigor;

VIII - a disponibilidade e o grau de regularização da oferta hídrica local;

IX - as proporcionalidades da vazão outorgada e do uso consumptivo em relação à vazão outorgável;

X - o grau de impermeabilização do solo em áreas urbanas, sempre que esta alterar significativamente o regime hidrológico e o controle de cheias;

XI - custos diferenciados para diferentes usos e usuários da água;

XII - o princípio de progressividade face ao consumo;

XIII - outros fatores, estabelecidos a critério do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR), de que trata esta Lei.

§ 1º - Os fatores referidos neste artigo serão utilizados, para efeito de cálculo, de forma isolada, simultânea, combinada ou cumulativa.

§ 2º - No caso de utilização de corpos de água para diluição, transporte e assimilação de efluente, os responsáveis pelos lançamentos ficam obrigados ao cumprimento das normas e dos padrões legalmente estabelecidos, relativos ao controle de poluição das águas.

§ 3º - a diferenciação de custo, referida no inciso XI, deste artigo, poderá resultar na fixação de preços unitários distintos em função da consideração de diferentes usos e usuários da água, obtidos mediante procedimentos próprios aprovados pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR) de que trata esta lei, em estrita observância, como couber, aos demais fatores constantes deste artigo.

§ 4º - O regulamento específico desta matéria estabelecerá formas de bonificação e incentivo a usuários que procedam ao tratamento de seus efluentes, lançando-os ao corpo receptor com qualidade superior àquela da captação, bem como aos usuários, inclusive municípios, que desenvolvam práticas conservacionistas de uso e manejo do solo e da água, bem como de proteção a mananciais superficiais ou subterrâneos.

§ 5º - A utilização dos recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica rege-se pela legislação federal pertinente.

Art. 21 - O valor inerente à cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos classificar-se-á como receita patrimonial, nos termos do artigo 11 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 1.939, de 20 de maio de 1982.

§ 1º - A forma, a periodicidade, o processo e demais estipulações de caráter técnico e administrativo inerentes à cobrança pelos direitos de uso de recursos hídricos serão estabelecidos em Decreto do Poder Executivo, a partir de proposta do órgão central do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR) aprovada pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR), de que trata esta Lei.

§ 2º - Os créditos do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR), de que trata esta Lei, decorrentes da cobrança pelos direitos de uso de recursos hídricos, não pagos pelos respectivos responsáveis, serão inscritos, cobrados e executados, com a observância da legislação aplicável e em vigor, inerente à dívida ativa.

Art. 22 - Fica criado o Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FRHI/PR), de natureza e individualização contábeis, destinado à implantação e ao suporte financeiro de custeio e de investimentos do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR), de que trata esta Lei.

§ 1º - O Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FRHI/PR) será constituído por recursos das seguintes fontes:

I - receitas originárias da cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos;

II - produto de arrecadação da dívida ativa decorrente de débitos com a cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos;

III - dotações consignadas no Orçamento Geral do Estado e em créditos adicionais;

IV - dotações consignadas no Orçamento Geral da União e nos Orçamentos dos Municípios e em seus respectivos créditos adicionais;

V - produtos de operações de crédito e de financiamento realizadas pelo Estado em favor do Fundo;

VI - resultado de aplicações financeiras de disponibilidades temporárias ou transitórias do Fundo;

VII - receitas de convênios, contratos, acordos e ajustes firmados pelo órgão executivo e de coordenação central do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR), visando a atender aos objetivos do Fundo.

VIII - contribuições, doações e legados, em favor do Fundo, de pessoas físicas ou jurídicas, de direito privado ou público, nacionais, estrangeiras e internacionais;

IX - quaisquer outras receitas eventuais, vinculadas aos objetivos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FRHI/PR).

§ 2º - O Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FRHI/PR) terá como gestor a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, na qualidade de órgão executivo e de coordenação central do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR) e como agente financeiro instituição financeira oficial, incumbindo-se a Secretaria de Estado da Fazenda da supervisão financeira de ambos.

§ 3º - O gerenciamento operacional da aplicação de recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FRHI/PR), rege-se-á por Contrato de Gestão celebrado entre o Estado do Paraná e Unidade Executiva Descentralizada, dentre as referidas no inciso IV e §§ 1º e 2º do Artigo 33 desta Lei, submetido à prévia manifestação do respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica e à aprovação formal do

Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR), de que trata esta Lei.

§ 4º - Os valores arrecadados com a cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos e inscritos como receita do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FRHI/PR) serão aplicados prioritariamente na bacia hidrográfica em que foram gerados, respeitando-se o percentual mínimo de 80% (oitenta por cento) à exceção de proposição expressamente aprovada pelo respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica, sendo os valores arrecadados utilizados para:

a) o financiamento de estudos, programas, projetos e obras incluídas no Plano de Bacia Hidrográfica;

b) o pagamento de despesas de monitoramento dos corpos de água e de implantação e custeio administrativo dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR).

§ 5º - A aplicação nas despesas previstas na alínea “b”, do parágrafo anterior deste artigo é limitada a 7,5% (sete e meio por cento) do total arrecadado.

§ 6º - Os valores creditados em favor do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FRHI/PR) poderão ser aplicados a fundo perdido em projetos e obras que alterem a qualidade, a quantidade e o regime de vazão de um corpo de água, de modo considerado benéfico à coletividade.

§ 7º - O Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FRHI/PR) transferirá ao Tesouro Estadual recursos para pagamento de serviço e amortização de dívidas resultantes de operações de crédito e de financiamento contraídas pelo Estado e destinadas ao Fundo Estadual de Recursos Hídricos, na forma e nas condições a serem regulamentadas, em cada caso, por decreto do Poder Executivo.

§ 8º - O Poder Executivo, mediante decreto, disciplinará a matéria constante neste artigo, observadas as disposições da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e legislação complementar.

§ 9º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais, utilizando como recursos as formas previstas no § 1º do Art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, para atender a operacionalização do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FRHI/PR).

Seção VI

Do Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos

Art. 23 - A coleta, o tratamento, o armazenamento, a recuperação e a disseminação de informações sobre recursos hídricos e fatores intervenientes em sua gestão no Estado, serão organizados sob a forma de sistema e compatibilizados com o Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos.

Art. 24 - São princípios básicos para o funcionamento do Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos:

I - descentralização da obtenção e produção de dados e informações;

II - coordenação unificada do sistema;

III - acesso aos dados e informações garantido a toda sociedade.

Art. 25 - São objetivos do Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos:

I - reunir, dar consistência e divulgar os dados e informações sobre a situação qualitativa e quantitativa dos recursos hídricos do Estado do Paraná, sem prejuízo de informações sócio-econômicas relevantes para o seu gerenciamento;

II - atualizar, permanentemente, as informações sobre disponibilidade e demanda de recursos hídricos e sobre ecossistemas aquáticos em todo o território do Estado;

III - fornecer subsídios para a elaboração de Plano de Bacia Hidrográfica;

IV - apoiar as ações e atividades de gerenciamento de recursos hídricos no Estado do Paraná.

Capítulo VII

Dos Depósitos de Águas Subterrâneas

Art. 26 - Aplicam-se aos depósitos de águas subterrâneas os fundamentos, objetivos, diretrizes gerais de ação e os instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos, estabelecida por esta lei.

§ 1º - São consideradas subterrâneas as águas que corram naturalmente no subsolo, de forma suscetível de extração e utilização pelo homem.

§ 2º - Nos regulamentos e normas decorrentes desta lei serão consideradas a interconexão entre águas subterrâneas e superficiais, bem como as interações observadas no ciclo hidrológico.

Art. 27 - As águas subterrâneas, em razão de sua importância estratégica, deverão estar sujeitas a programa permanente de preservação visando a possibilitar seu melhor aproveitamento.

§ 1º - A preservação e conservação dessas águas implicam em uso racional, implementação de medidas que evitem sua contaminação e promovam seu equilíbrio, em relação aos demais recursos naturais, em termos físicos, químicos e biológicos.

§ 2º - Caberá ao órgão competente do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, conforme estabelecido no Capítulo X desta lei, desenvolver proposta de política de utilização dos depósitos naturais de águas subterrâneas do Estado do Paraná, a ser submetida à aprovação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, bem como proceder à avaliação dos recursos

hídricos do subsolo e fiscalizar sua exploração, adotando medidas preventivas quanto à sua contaminação.

Art. 28 - A implantação de distritos industriais e de grandes projetos de irrigação, colonização ou de outros, que dependam da utilização de águas subterrâneas ou que sobre elas possam causar impacto relevante, deverá ser procedida de estudos hidrogeológicos para a avaliação do potencial de suas reservas hídricas e para o correto dimensionamento das vazões a serem extraídas, sujeitos à prévia aprovação dos órgãos competentes, às demais disposições desta lei e às normas que venham a ser estabelecidas pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

Art. 29 - O Poder Público instituirá, sempre que necessário, áreas de proteção aos locais de extração de águas subterrâneas, com a finalidade de possibilitar sua preservação, conservação ou aproveitamento racional, nos termos definidos nesta lei.

§ 1º - Caberá à entidade competente do Poder Público Estadual proceder aos levantamentos necessários para a constituição de cadastro de poços tubulares profundos para captação de águas subterrâneas, inserindo-o junto ao Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos, de que trata a Seção VI do Capítulo VI desta lei.

§ 2º - A exploração de águas subterrâneas sem observância das disposições estabelecidas pelo programa permanente de preservação referido no Artigo 27, estará sujeita às infrações e penalidades definidas pelo Capítulo XII desta lei.

Capítulo VIII

Rateio de Custos de Obras

Art. 30 - As obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo de recursos hídricos terão seus custos rateados, direta ou indiretamente, segundo critérios e normas a serem estabelecidos em regulamento baixado pelo Poder Executivo, após aprovação pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR), atendidos os seguintes procedimentos:

I - a concessão ou a autorização de obras de regularização com potencial de aproveitamento múltiplo, deverá ser precedida de negociação sobre o rateio dos custos entre os beneficiados, inclusive as de aproveitamento hidrelétrico, mediante articulação com a União;

II - a construção de obras de interesse comum ou coletivo dependerá de estudo de viabilidade técnica, econômica, social e ambiental, com previsão de formas de retorno dos investimentos públicos ou justificativas circunstanciadas da destinação de recursos a fundo perdido.

§ 1º - O Poder Executivo, mediante projeto de lei próprio, regulamentará a matéria contida neste artigo, no sentido de estabelecer diretrizes e critérios para financiamento ou concessão de subsídios destinados à realiza-

ção das obras nele enumeradas, conforme estudo aprovado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR), de que trata esta lei.

§ 2º - Os subsídios a que se refere o parágrafo anterior somente serão concedidos no caso de interesse público relevante ou na impossibilidade prática de identificação dos beneficiados, para o consequente rateio dos custos.

Capítulo IX

Ação do Poder Público

Art. 31 - Na implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos compete ao Poder Executivo:

I - tomar as providências necessárias à implementação e ao funcionamento do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos;

II - outorgar os direitos de uso de recursos hídricos e regulamentar e fiscalizar os usos, na sua esfera de competência;

III - implantar e gerir o Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos;

IV - promover a integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental;

V - realizar o controle técnico das obras de oferta hídrica.

Parágrafo Único - Os Poderes Executivo do Estado e dos Municípios do Paraná promoverão a integração das políticas locais de saneamento básico, de uso, ocupação e conservação do solo e de meio ambiente com as políticas federal e estadual de recursos hídricos.

Capítulo X

Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR)

Seção I

Dos Objetivos

Art. 32 - Fica criado o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR), com os seguintes objetivos:

I - coordenar a gestão integrada das águas;

II - arbitrar administrativamente os conflitos relacionados com os recursos hídricos;

III - implementar a Política Estadual de Recursos Hídricos (PERH/PR);

IV - planejar, regular e controlar o uso, a preservação e a recuperação dos recursos hídricos e dos ecossistemas aquáticos do Estado;

V - promover a cobrança pelos direitos de uso de recursos hídricos.

Seção II

Da Composição do Sistema

Art. 33 - Compõem o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR):

I - órgão deliberativo e normativo central do Sistema: o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR);

II - órgão executivo gestor e coordenador central do Sistema: a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos;

III - órgãos regionais e setoriais deliberativos e normativos de Bacia Hidrográfica do Estado: os Comitês de Bacia Hidrográfica;

IV - unidades executivas descentralizadas: as Agências de Água e os consórcios e associações a elas equiparadas, nos termos desta lei.

§ 1º - As Agências de Água, ademais de observar a limitação de custos disposta no § 5º do Art. 22, deverão ter, quando instituídas pelo Estado, personalidade jurídica própria, autonomia financeira e administrativa e organizar-se-ão segundo quaisquer das formas permitidas pelo direito administrativo, civil ou comercial, atendidas as necessidades, características e peculiaridades regionais, locais ou setoriais, mediante autorização, em lei, ao Poder Executivo, que aprovará, por Decreto, os seus respectivos atos constitutivos a serem inscritos no registro público, na forma da legislação aplicável.

§ 2º - Enquadram-se na condição de equiparados às Agências de Água, para os efeitos desta lei, os consórcios ou associações intermunicipais de bacias hidrográficas, bem como as associações regionais, locais ou setoriais de usuários de recursos hídricos, legalmente constituídas, aos quais poderão ser delegados, por ato do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR), de que trata esta lei, o exercício das funções, competências e atribuições inerentes às unidades executivas descentralizadas.

§ 3º - O Poder Executivo disciplinará, mediante Decreto, na forma da legislação aplicável e desta lei, o enquadramento de órgão subordinado e de entidade vinculada à Secretaria de Estado referida no inciso II deste artigo, bem como de órgão ou entidade público ou privado, que a título de articulação, delegação ou cooperação, exerçam ações e atividades relacionadas com a formulação da Política Estadual de Recursos Hídricos (PERH/PR) ou participem de seu gerenciamento.

Art. 34 - O Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR) é composto por:

I - representantes de instituições do Poder Executivo Estadual, com atuação relevante nas questões de meio ambiente, recursos hídricos e desenvolvimento sustentável;

II - representantes da Assembléia Legislativa Estadual;

III - representantes dos Municípios;

IV - representantes de entidades da sociedade civil relacionadas com recursos hídricos;

V - representantes de usuários de recursos hídricos.

§ 1º - A representação de instituições do Poder Executivo Estadual, a que se refere o inciso I, será paritária em relação à totalidade dos representantes dos demais segmentos.

§ 2º - A indicação dos representantes, referidos nos incisos do *caput*, será efetuada pelos respectivos segmentos, garantida a participação deliberativa a todos os membros do CERH/PR.

§ 3º - A designação de representantes dos segmentos mencionados no *caput* deste artigo, a organização administrativa e o funcionamento do CERH/PR serão estabelecidos em Decreto do Governador.

§ 4º - O CERH/PR poderá, sempre que julgar conveniente, delegar competências e atribuições aos Comitês de Bacia Hidrográfica.

Art. 35 - Os Comitês de Bacia Hidrográfica terão como área de atuação:

I - a totalidade da bacia hidrográfica;

II - sub-bacia hidrográfica de tributário do curso de água principal da bacia ou de tributário desse tributário; ou

III - grupo de bacias ou sub-bacias hidrográficas contíguas.

Parágrafo Único - A instituição de Comitês de Bacia Hidrográfica, em rios de domínio do Estado e em sub-bacias de rios de domínio da União cuja gestão a ele tenham sido delegadas, nos termos do parágrafo único do artigo 5º desta Lei, será efetivada por ato próprio do Governador.

Art. 36 - Os Comitês de Bacia Hidrográfica serão compostos por:

I - representantes das instâncias regionais das instituições públicas estaduais, com atuação relevante nas questões de meio ambiente, recursos hídricos e desenvolvimento sustentável;

II - representantes dos Municípios;

III - representantes de entidades da sociedade civil com atuação regional relacionada com recursos hídricos;

IV - representantes de usuários de recursos hídricos.

§ 1º - Os critérios para a indicação dos representantes de cada segmento mencionado neste artigo, bem como a sua participação relativa na composição dos Comitês de Bacia Hidrográfica, serão definidos no ato de sua instalação, pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR), passando a constar dos seus respectivos Regimentos Internos.

§ 2º - A indicação nominal dos representantes mencionados neste artigo será efetuada pelo respectivo segmento e formalmente acolhida por ato próprio do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR).

Art. 37 - As Agências de Água, os consórcios ou associações intermunicipais de bacias hidrográficas e as associações regionais, locais ou setoriais de usuários de

recursos hídricos atuarão como unidades executivas descentralizadas, prestando apoio aos respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica e respondendo pelo planejamento e pela formulação do Plano de Bacia Hidrográfica, bem como pelo suporte administrativo, técnico e financeiro, inclusive pela cobrança dos direitos de uso dos recursos hídricos na sua área de atuação.

Parágrafo Único - A proposta de criação de consórcio ou associação intermunicipal de bacia hidrográfica ou de associação regional, local ou setorial de usuários de recursos hídricos, com a finalidade de equiparar-se às Agências de Água e exercer as funções, competências e atribuições inerentes às unidades executivas descentralizadas, de que trata o inciso IV do artigo 33 desta lei, dar-se-á mediante iniciativa de usuários de recursos hídricos, submetida à aprovação formal do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR) e anterior constituição do respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica, por ato próprio do Governador.

Seção III

Das Competências e Atribuições de Órgãos e Unidades Integrantes do Sistema

Art. 38 - Ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR), na condição de órgão deliberativo e normativo central do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR) compete:

I - estabelecer princípios e diretrizes da Política Estadual de Recursos Hídricos a serem observados pelo Plano Estadual de Recursos Hídricos (PLERH/PR) e Planos de Bacia Hidrográfica;

II - aprovar proposição do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PLERH/PR), na forma estabelecida nesta lei;

III - arbitrar e decidir os conflitos entre Comitês de Bacia Hidrográfica;

IV - atuar como instância de recurso nas decisões dos Comitês de Bacia Hidrográfica;

V - deliberar sobre projetos de aproveitamento de recursos hídricos que extrapolem o âmbito de um Comitê de Bacia Hidrográfica;

VI - estabelecer critérios e normas gerais para a outorga dos direitos de uso de recursos hídricos;

VII - aprovar proposição da probabilidade associada à vazão outorgável, referida no § 4º do artigo 16, desta lei;

VIII - estabelecer critérios e normas gerais sobre a cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos;

IX - estabelecer critérios para o rateio de custos de usos múltiplos dos recursos hídricos;

X - instituir Comitês de Bacia Hidrográfica;

XI - reconhecer consórcios ou associações intermunicipais de bacias hidrográficas e associações regionais, locais ou setoriais de usuários de recursos hídricos como unidades executivas descentralizadas integrantes

do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR);

XII - exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento compatíveis com a gestão de recursos hídricos do Estado ou de sub-bacias de rios de domínio da União cuja gestão a ele tenham sido delegadas, nos termos do Parágrafo Único do artigo 5º desta lei.

Art. 39 - A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, na condição de órgão executivo gestor e coordenador central do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR) compete:

I - encaminhar à deliberação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR) a proposta do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PLERH/PR) e suas modificações, tendo os Planos de Bacia Hidrográfica como base;

II - fomentar a captação de recursos para financiar ações e atividades do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PLERH/PR), supervisionando e coordenando a sua aplicação;

III - acompanhar e avaliar o desempenho do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR);

IV - zelar pela manutenção de política de remuneração pelo uso da água, observando as disposições constitucionais e legais aplicáveis;

V - outorgar e suspender o direito do uso de água, mediante procedimentos próprios;

VI - estabelecer, com base em proposição dos Comitês de Bacia Hidrográfica, os represamentos, derivações, captações e lançamentos considerados insignificantes, referidos no § 1º do artigo 13, desta lei;

VII - gerir o Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos e manter cadastro de usos e usuários das águas, com a cooperação das unidades executivas descentralizadas de que trata o inciso IV do artigo 33, desta lei;

VIII - autorizar a cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos, mediante delegação às Agências de Água, consórcios intermunicipais de bacia hidrográfica ou associações de usuários de recursos hídricos, ou realizá-la diretamente;

IX - aplicar penalidades por infrações previstas nesta lei, em seu regulamento e nas normas deles decorrentes, inclusive as originárias de representação formal subscritas por unidades executivas descentralizadas;

X - exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei, regulamento ou decisão do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR), compatíveis com a gestão de recursos hídricos.

Art. 40 - Aos Comitês de Bacia Hidrográfica, na condição de órgãos regionais de caráter deliberativo e normativo, na sua área territorial de atuação, compete:

I - promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes;

II - arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos;

III - aprovar o Plano de Bacia Hidrográfica em sua área territorial de atuação;

IV - acompanhar a execução do Plano de Bacia Hidrográfica e sugerir as providências necessárias ao cumprimento de suas metas;

V - propor critérios e normas gerais para a outorga dos direitos de uso dos recursos hídricos;

VI - propor à autoridade competente do Poder Executivo Estadual, os represamentos, derivações, captações e lançamentos considerados insignificantes, para efeito de isenção da obrigatoriedade de outorga de direitos de uso de recursos hídricos, de acordo com os domínios destes;

VII - propor ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR), a probabilidade associada à vazão outorgável, referida no § 4º do artigo 16 desta lei;

VIII - aprovar proposição de mecanismos de cobrança pelos direitos de uso de recursos hídricos e dos valores a serem cobrados;

IX - estabelecer critérios e promover o rateio de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo;

X - exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei, regulamento ou decisão do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR), compatíveis com a gestão de recursos hídricos.

Parágrafo Único - Das decisões dos Comitês de Bacia Hidrográfica caberá recurso ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR), de acordo com a sua esfera de competência.

Art. 41 - Às Unidades Executivas Descentralizadas compete:

I - elaborar o Plano de Bacia Hidrográfica para apreciação do respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica ou Comitês de Bacias Hidrográficas;

II - promover os estudos necessários para a gestão dos recursos hídricos em sua área de atuação;

III - participar da gestão do Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos em sua área territorial de atuação, com a cooperação das entidades estaduais responsáveis;

IV - manter cadastro de usuários de recursos hídricos, com a cooperação das entidades estaduais responsáveis;

V - efetuar, mediante delegação do outorgante, a cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos;

VI - analisar e emitir pareceres sobre os projetos e obras a serem financiados, com recursos gerados pela cobrança pelo uso da água e encaminhá-los à instituição financeira responsável pela administração desses recursos;

VII - acompanhar a administração financeira dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos em sua área de atuação;

VIII - propor ao respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica:

a) o enquadramento dos corpos de água nas classes de uso, para encaminhamento ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR);

b) os valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos;

c) o plano de aplicação dos recursos disponíveis, com destaque para os valores arrecadados com a cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos;

d) o rateio de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo;

e) a divisão dos cursos de água em trechos de rio e o cálculo da vazão outorgável em cada trecho;

f) a probabilidade associada à vazão outorgável em cada trecho de curso de água;

IX - zelar pelo cumprimento desta lei, de seu regulamento e das normas deles decorrentes;

X - representar perante o órgão executivo e de coordenação central do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR) sobre as infrações aos dispositivos desta lei, de seu regulamento e das normas deles decorrentes;

XI - prestar apoio administrativo, técnico e financeiro necessário ao bom funcionamento do Comitê de Bacia Hidrográfica da área de sua atuação;

XII - dar conhecimento público sobre os objetivos e resultados de sua atuação;

XIII - celebrar convênios e contratar financiamentos e serviços para a execução de suas competências;

XIV - elaborar a sua proposta orçamentária e submetê-la à apreciação do respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica;

XV - exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei, regulamento ou decisão do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR), compatíveis com a gestão de recursos hídricos.

Capítulo XI

Participação na Gestão de Recursos Hídricos

Seção I

Da Participação dos Municípios

Art. 42 - O Estado, por intermédio do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR), poderá delegar ao Município que se organizar técnica e administrativamente, o gerenciamento de recursos hídricos de interesse exclusivamente local, compreendendo, dentre outros, os de bacias hidrográficas, que se situem exclusivamente no seu território.

Parágrafo Único - A delegação referida no artigo será disciplinada em ato próprio, que observará os fundamentos, as diretrizes e os instrumentos previstos nesta lei, inclusive quanto à cobrança pelo direito de uso das águas.

Seção II

Das Organizações Cíveis de Recursos Hídricos

Art. 43 - Para os efeitos desta lei, são considerados habilitáveis para a participação da gestão de recursos hídricos em bacias hidrográficas do Estado e em sub-bacias de rios de domínio da União cuja gestão a ele tenham sido delegadas, nos termos do parágrafo único do artigo 5º desta lei:

I - os consórcios e as associações intermunicipais de bacias hidrográficas;

II - as associações regionais, locais ou setoriais de usuários de recursos hídricos;

III - as organizações técnicas e de ensino e pesquisa com interesse na área de recursos hídricos;

IV - as organizações afins reconhecidas pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR).

Parágrafo Único - Para integrar o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR) os consórcios, as associações e as organizações mencionadas neste artigo deverão ser legalmente constituídos, observada a legislação aplicável em vigor.

Seção III

Dos Consórcios e das Associações Intermunicipais

Art. 44 - O Estado incentivará a formação de consórcios ou de associações intermunicipais de bacias hidrográficas, para o exercício das competências reservadas as unidades executivas descentralizadas a que se refere o inciso IV do artigo 33 desta lei, de modo especial nas regiões que apresentarem quadro ou situação crítica relativamente aos recursos hídricos, cujo gerenciamento deverá ser feito segundo diretrizes e objetivos especiais mediante a celebração de convênio de mútua cooperação e de assistência.

Seção IV

Das Associações Regionais, Locais ou Setoriais de Usuários de Recursos Hídricos

Art. 45 - O Estado incentivará a criação, a implantação e o funcionamento de associações cíveis, mencionadas no inciso II do artigo 43 desta lei, legalmente constituídas sem fins lucrativos e reconhecidas de utilidade pública, na forma da lei, mediante a participação majoritária de usuários de recursos hídricos, para exercerem as funções, competências e atribuições inerentes às unidades executivas descentralizadas, a que se refere o inciso IV do artigo 33 desta lei, para o gerenciamento de recursos hídricos na área de atuação de seu respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica.

§ - 1º - As associações cíveis referidas neste artigo celebrarão Contrato de Gestão com o Estado do Paraná, representado por seu Governador, com a interveniência das Secretarias de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, do Planejamento e Coordenação Geral e da

Fazenda, bem como dos demais órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Estadual ligados à política e à gestão de recursos hídricos, para o cumprimento de funções inerentes ao gerenciamento de recursos hídricos de bacia hidrográfica do Estado e em sub-bacias de rios de domínio da União cuja gestão a ele tenham sido delegadas, nos termos do parágrafo único do art. 5º desta lei.

§ 2º - Contrato de Gestão, para efeito desta lei, é o acordo de vontades celebrado na forma prevista no parágrafo anterior, com a finalidade de assegurar às associações cíveis referidas no artigo, autonomia técnica, administrativa e financeira.

§ 3º - Os critérios, as exigências formais e as condições gerais para a celebração do Contrato de Gestão, referido nesta Seção, serão objeto de regulamento aprovado por Decreto do Governador do Estado.

§ 4º - Na hipótese de delegação pela União Federal ao Estado para o gerenciamento de bacia hidrográfica de recursos hídricos de seu domínio, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR) poderá sub-rogar às associações cíveis previstas nesta Seção o gerenciamento da bacia, com a observância da celebração do Contrato de Gestão e dos demais atos que se fizerem necessários para a consecução do instrumento delegatário.

Seção V

Das Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa na Área de Recursos Hídricos

Art. 46 - As organizações técnicas de ensino e de pesquisa com interesse na área de recursos hídricos, legalmente constituídas e declaradas de utilidade pública, na forma da lei, poderão prestar apoio e cooperação ao Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR), mediante convênio ou contrato, como convier, observada a legislação aplicável.

Parágrafo Único - O apoio e a cooperação referidos no artigo, consistirão, basicamente, em ações e atividades de pesquisas, desenvolvimento tecnológico, capacitação de recursos humanos, treinamento de pessoal, informatização e prestação de serviços afins, compatíveis com a política e a gestão de recursos hídricos do Estado de que trata esta lei.

Seção VI

Das Organizações Não Governamentais na Área de Recursos Hídricos

Art. 47 - A participação de organizações não governamentais com objetivos de defesa de interesses difusos e coletivos da sociedade e das comunidades poderá ser credenciada perante o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SERGH/PR), na forma de ato próprio baixado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, após audiência ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR).

Seção VII

Do Reconhecimento de outras Organizações Cíveis no Gerenciamento de Recursos Hídricos

Art. 48 - O Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR), mediante proposta de Comitê de Bacia Hidrográfica, poderá reconhecer outras organizações cíveis, legalmente constituídas e reconhecidas de utilidade pública, com interesse em recursos hídricos, para participarem, de forma auxiliar, no gerenciamento da respectiva bacia hidrográfica.

Capítulo XII

Infrações e Penalidades

Art. 49 - Constituem infrações às normas de utilização de recursos hídricos superficiais ou subterrâneos estabelecidas pelo Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR):

I - a utilização de recursos hídricos sem a respectiva outorga de direito de uso;

II - o início de implantação, ampliação e a alteração de qualquer empreendimento relacionado com a derivação ou a utilização de recursos hídricos que importem alterações no seu regime, quantidade ou qualidade, sem autorização dos órgãos ou entidades competentes integrantes da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos;

III - a utilização de recursos hídricos ou a execução de obras ou serviços em desacordo com as condições estabelecidas na outorga;

IV - a perfuração de poços para a extração de águas subterrâneas ou sua operação sem a devida autorização, ressalvados os casos de vazão insignificante, assim definidos em regulamento;

V - a fraude nas medições dos volumes de água captados e a declaração de valores diferentes dos utilizados;

VI - a transgressão das instruções e dos procedimentos prefixados pelos órgãos e entidades competentes que integram o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos;

VII - obstar ou dificultar a ação fiscalizadora das autoridades competentes no exercício de suas funções.

Art. 50 - Por infração de qualquer disposição legal ou regulamentar referentes à execução de obras e serviços hidráulicos, derivação ou utilização de recursos hídricos de domínio ou administração do Estado e em sub-bacias de rios de domínio da União cuja gestão a ele tenham sido delegadas, nos termos do parágrafo único do artigo 5º desta lei, ou pelo não atendimento das solicitações feitas, o infrator ficará sujeito às seguintes penalidades, independentemente de sua ordem de enumeração:

I - advertência por escrito, na qual serão estabelecidos prazos para a correção das irregularidades;

II - multa, simples ou diária, proporcional à gravidade da infração de 1.200 (um mil e duzentos) a 12.000 (doze mil) vezes o valor nominal do Fator de Conversão e Atualização (FCA), ou outro fator que venha a substituí-lo instituído pelo Poder Executivo Estadual;

III - embargo provisório, por prazo determinado, para execução de serviços e obras necessárias ao efetivo cumprimento das condições de outorga ou para o cumprimento de normas referentes ao uso, controle, conservação e proteção dos recursos hídricos;

IV - embargo definitivo, com revogação da outorga se for o caso, para repor incontinenti, no seu antigo estado, os recursos hídricos, leitos e margens, nos termos dos arts. 58 e 59 do Código de Águas ou tamponar os poços de extração de água subterrânea.

§ 1º - Sempre que da infração cometida resultar prejuízo ao serviço público de abastecimento de água, riscos à saúde ou à vida, perecimento de bens ou animais ou prejuízos de qualquer natureza a terceiros, a multa a ser aplicada nunca será inferior à metade do valor máximo estabelecido pelo inciso II deste artigo.

§ 2º - No caso dos incisos III e IV, independentemente da pena de multa, serão cobrados do infrator as despesas em que incorrer a Administração para tornar efetivas as medidas previstas nos citados incisos, na forma dos arts. 36, 53, 56 e 58 do Código de Águas, sem prejuízo de responder pela indenização dos danos a que der causa.

§ 3º - Pauta tipificada de infrações e respectivas penalidades, segundo o grau e as características de sua prática, será fixada em tabela própria, prevista em lei.

§ 4º - A aplicação das penalidades previstas nesta lei, levará em conta:

- a) as circunstâncias atenuantes e agravantes;
- b) os antecedentes do infrator;
- c) a gravidade do dano.

§ 5º - Em caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro.

§ 6º - Da aplicação das sanções previstas neste Capítulo caberá recurso à autoridade administrativa competente, nos termos do regulamento.

§ 7º - Para efeito do disposto no § 4º deste artigo, a utilização de recursos hídricos como fator de produção é considerada como circunstância atenuante.

§ 8º - A aplicação das penalidades obedecerá ao princípio do devido processo legal.

Art. 51 - As penalidades por infrações tipificadas na legislação ambiental serão aplicadas pelo órgão sectional do Sistema Nacional de Meio Ambiente, SIS-NAMA, como previsto na lei federal respectiva.

Art. 52 - A autoridade administrativa procederá a cobrança amigável de débitos decorrentes do uso de recursos hídricos, após o término do prazo para os seus recolhimento, acrescido de multa de 5% (cinco por cento)

e de juros legais, a título de mora, enquanto não inscritos para execução judicial.

Parágrafo Único - Esgotado o prazo concedido para a cobrança amigável, a autoridade administrativa encaminhará o débito para a inscrição em Dívida Ativa, na forma da legislação em vigor.

Capítulo XIII

Disposições Gerais e Transitórias

Art. 53 - O Executivo Estadual estabelecerá, em regulamento próprio, no prazo de 18 (dezoito) meses a partir da vigência desta lei, os procedimentos relativos à cobrança pelo direito de uso da água, a ser implementada de forma gradual sobre todos os setores usuários.

Parágrafo Único - As captações destinadas à produção agropecuária estarão isentas da cobrança pelo direito de uso da água, mantida a obrigatoriedade de obtenção de outorga.

Art. 54 - O Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR), para dar cumprimento ao disposto nesta lei, aplicará, quando e como couber, o regime de concessões, permissões e autorizações previsto nas leis federais respectivas, sem prejuízo da legislação estadual aplicável.

Art. 55 - O Sistema Integrado de Gestão e Proteção aos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba, objeto da Lei nº 12.248, de 31 de julho de 1998, deverá articular-se ao Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, objeto desta lei, aplicando-se percentual de recursos oriundos da cobrança pelo direito de uso da água em ações de interesse dos municípios e pertinentes à preservação e conservação de mananciais destinados ao abastecimento público, mediante prévia inserção no respectivo Plano de Bacia Hidrográfica e aprovação do Comitê de Bacia Hidrográfica.

Parágrafo Único - Este dispositivo será aplicável a outros sistemas de gestão e proteção a mananciais de interesse regional que venham a ser instituídos por lei estadual.

Art. 56 - O Poder Executivo Estadual, mediante decreto, expedirá instruções de caráter operacional visando a compatibilizar e articular o Fundo de Proteção Ambiental (FPA-RMC), de que trata a Lei nº 12.248/98, com o Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FRHI/PR), de que trata esta lei, de modo especial no que se refere ao planejamento e à programação da aplicação de recursos oriundos da cobrança pelo direito de uso das águas em planos, programas, projetos e atividades de interesse comum metropolitano.

Art. 57 - A expedição de licenciamento ambiental, a ser concedido pelo Instituto Ambiental do Paraná, para fins de exploração de areia, em regiões que contemplem

áreas de mananciais e nascentes, bem como de preservação permanente nos rios do Estado do Paraná, deverá ser submetida a prévia aprovação do respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica e antecedida pelos competentes estudos ambientais.

Art. 58 - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar Contrato de Gestão com associação civil de usuários de recurso hídricos, que se revestir das exigências e condições estabelecidas nesta lei, a qual vincular-se-á à Administração Pública Estadual, por cooperação, no gerenciamento de recursos hídricos de bacia hidrográfica de domínio do Estado e em sub-bacias de rios de domínio da União cuja gestão a ele tenham sido delegadas, nos termos do parágrafo único do artigo 5º desta lei.

Art. 59 - A fim de orientar, em cada bacia hidrográfica, o processo de implantação de modalidade de unidade executiva descentralizada integrante do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, conforme previstas no Artigo 33, §§ 1º e 2º desta lei, o Poder Executivo, mediante decreto, ouvido o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR), baixará as instruções necessárias relativas à definição do início efetivo de suas ações e atividades operativas.

Parágrafo Único - Enquanto não for definitivamente implantada a modalidade de unidade executiva descentralizada, o Poder Executivo, no decreto de que trata este artigo, poderá incumbir, por prazo determinado, a órgão ou entidade da Administração Pública Estadual as funções, competências e atribuições inerentes à citada unidade, até que esta possa entrar em plena operação.

Capítulo XIV

Disposições Finais

Art. 60 - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 61 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.11.99.

(aa) LUIZ CARLOS ZUK - Presidente
ANTONIO BARATTER - Relator

Aprovado.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI (**Pela Ordem**)
Senhor Presidente, verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)
Vai se proceder a verificação de votação.
Os Deputados que rejeitam o projeto de Redação Final nº 255, queiram levantar-se.
Oito (08) Senhores Deputados rejeitam.
Os Deputados que aprovam queiram levantar-se.

Trinta e quatro (34) Senhores Deputados aprovam.

Está aprovada a Redação Final do Projeto de Lei nº 255/98.

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do projeto de Lei nº 552/99, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 021/99, onde fica acrescido ao artigo 11, da Lei nº 5.515, de 15 de fevereiro de 1967. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA.

PROJETO DE LEI Nº 552/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica acrescido ao artigo 11, da Lei nº 5.515, de 15 de fevereiro de 1967, o seguinte:

“h) capitalização dos Fundos de Previdência e Financeiro de que trata a Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998.

§ 1º - Fica autorizada a cessão, alienação, securitização, antecipação e a concessão de garantia em operações de qualquer natureza, dos créditos provenientes do art. 142, da Constituição Estadual.

§ 2º - As operações previstas no parágrafo anterior somente poderão ser feitas em moeda corrente ou em títulos públicos federais, a critério do Poder Executivo, e seu resultado será obrigatória e exclusivamente utilizado para o cumprimento das finalidades estabelecidas na alínea ‘h’ deste artigo.”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.11.99.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 552/99

P A R E C E R :

O projeto de lei sob exame, proveniente da Mensagem Governamental nº 21/99, tem por objetivo autorização para utilização dos recursos oriundos da compensação financeira prevista na Lei Federal nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989 (artigo 142 da Constituição Estadual) para a capitalização dos Fundos do sistema de Previdência do Estado, previstos na Lei 12.398/98, de 30 de dezembro de 1998, que criou o Sistema de Seguridade Funcional do Estado.

Para este fim, a proposição legislativa altera a Lei 5.515 de 15 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento Econômico do Paraná - FDE para acrescentar alínea “h” e parágrafos 1º e 2º ao artigo 11, conforme redação sugerida.

A alteração da legislação estadual tornou-se possível em virtude da 8ª edição, no dia 26 de outubro, da

Medida Provisória 1913, que em seu artigo 8º, modificou a Lei Federal nº 7.990/89, para ampliar o rol das hipóteses de aplicação dos recursos provenientes dos *royalties* devidos pela União aos Estados.

A providência adotada pela União, foi fundada na necessidade de viabilizar os sistemas previdenciários estaduais e assim propiciar condições aos Estados para que pudessem promover o seu ajuste fiscal e consequentemente alcançar o equilíbrio financeiro, haja visto o interesse nacional na manutenção e consecução da política de estabilização financeira, a qual obrigatoriamente pressupõe o atendimento das limitações impostas pela Lei Complementar nº 96/99, que revogou a Lei Complementar 82/95, (“Lei Camata”).

Ante o exposto e presentes os pressupostos da legalidade, constitucionalidade e regimentalidade em relação à proposição, esta Comissão de Constituição e Justiça manifesta seu parecer favorável, propugnando pela tramitação do projeto dentro dos prazos regimentais especiais que se aplicam às proposições cuja tramitação em regime de urgência foi autorizada pelo Plenário desta Casa.

Sala das Comissões, em 16.11.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

VALDIR ROSSONI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 552/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo visa acrescentar ao artigo da Lei nº 5.515, de 15 de fevereiro de 1967, alínea “h” e os §§ 1º e 2º, para dizer:

“h - capitalização dos Fundos de Previdência e Financeiro de que trata a Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998.

§ 1º - Fica autorizada a cessão, alienação, securitização, a antecipação e a concessão de garantia em operações de qualquer natureza dos créditos provenientes do art. 142, da Constituição Estadual.

§ 2º - As operações previstas no parágrafo anterior somente poderão ser feitas em moeda corrente ou em títulos públicos federais, a critério do Poder Executivo, e seu resultado será obrigatória e exclusivamente utilizado para o cumprimento das finalidades estabelecidas na alínea “h” deste artigo.”

A Lei nº 5515/67 dispõe sobre a aplicação do Fundo de Desenvolvimento Econômico e o artigo 11 “Os recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico serão autorizados nas seguintes operações:

a) concessão de abertura de crédito;

b) subscrição, aquisição, alienação ou caução de ações ou debêntures;

c) pagamento de amortizações, juros e outras despesas relativas a empréstimos contraídos;

d) realização de estudos e projetos vinculados ao programa de aplicação do Fundo;

e) oferecimento de garantias destinadas a cobrir empréstimos contraídos a conta do Fundo;

f) execução de obras, compra e venda de bens móveis e imóveis, destinados exclusivamente a implantação de unidades ou conjuntos industriais, por conta própria da administração ou de empresas por ele financiado;

g) aperfeiçoamento dos processos de arrecadação, combate à sonegação de tributos, mediante estudos e projetos aprovados pela Secretaria da Fazenda e pela Diretoria da DOEPAR até 10% (dez por cento) em 1967 e até 5% (cinco por cento) nos anos seguintes dos recursos arrecadados.”

Assim o texto ora em exame, do ponto de vista técnico se adequa aos princípios e enunciados indicados na Lei original, a de nº 5515/67. De outro, encontra respaldo constitucional e legal, conforme relatado pela douta Comissão de Constituição e Justiça.

No mérito o Poder Executivo, através da mensagem 021/99 afirma que a medida proposta se justifica já que “a viabilização do ajuste fiscal passa pelo equacionamento do *déficit* previdenciário, através da reformulação do sistema de previdência e que o Estado já procedeu a reformulação do seu sistema de previdência, com a instituição de fundo de natureza previdenciária, nos termos da Lei nº 9717/98, e mesmo do Sistema de Seguridade Social (Lei nº 12.398/98).

De outro lado, infere-se que para a viabilização do equilíbrio financeiro e atuarial há necessidade de capitalização do fundo de previdência, através de ativos disponíveis com qualidade e liquidez.

Acerca da antecipação dos recursos dos *royalties*, a Mensagem esclarece que isto não comprometerá receitas futuras, pois serão destinados integralmente na capitalização dos fundos de previdência.

O projeto de lei em epígrafe procura equacionar a grave crise de gestão provocada por uma compreensão do Estado que não se ajusta mais aos tempos modernos. Se de um lado o Estado deve servir a população, sobretudo através da oferta de educação, saúde, segurança pública, infra-estrutura e apoio de base e com qualidade, também é correto afirmar se a necessidade de passos firmes, se bem que cautelosos, na construção de uma sociedade ideal.

Os servidores públicos ocupam lugar todo especial neste contexto. São eles que em última instância, e concretamente, prestam o serviço real. Professores, médicos, policiais, funcionários de nível superior e intermediários, agem firmemente vocacionados na implantação de tal sociedade. Os governos, pela especificidade da democracia por nós adotada, são passageiros, transitórios. Permanece o Estado com seus trabalhadores, prestadores de serviço à comunidade.

Dentro de tal ótica, o projeto visando proteger o trabalhador do serviço público, garantindo-lhe de um lado uma previdência eficaz e sólida, e de outro, ao diminuir o percentual da receita líquida gasto em pessoal,

contribuirá para a elaboração de políticas de desenvolvimento de pessoal através de cursos de formação continuada, estímulo aos estudos, carreira profissional e outras vantagens advindas de uma realidade capaz e através de intervenções sérias e responsáveis.

Assim, e no mérito, o projeto tem vantagens, ao lado de eventual contradição, em tese, com referência a antecipação de receitas, mas corrigida pelo destino dos recursos e sua relevância técnica e sobretudo social, que indicam ser passível de receber parecer favorável.

Sala das Sessões, em 22.11.99.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

DUÍLIO GENARI - Presidente

Votamos hoje apenas a constitucionalidade.

Com a palavra, o Senhor José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor Presidente, nós estamos votando o projeto dos *royalties* e entendo que o projeto não traz os valores. É um cheque em branco que esta Casa dá ao governo e avanço mais, não seria contrário o governo encontrar uma solução para a questão dos pensionistas e dos aposentados, via *royalties* mas precisaríamos saber o que é que o governo está fazendo, o que é que o Executivo está fazendo, porque não sabemos. Não tem uma cópia do protocolo de intenções junto ao governo federal, não sabemos quanto de títulos receberá o governo do Estado, que tipo de títulos serão estes, qual o deságio que será feito, quanto receberá nos próximos anos, quanto receberá até 2003 que é um período que carrega mais porque ele está buscando recuperar o período de 91 a 95 que não foi pago? Todas estas questões e indagações que esta Casa precisaria conhecer para poder dar um voto com condições, especialmente ter um valor sobre esses empréstimos. Pode dizer o que quiser. A figura jurídica que este projeto vem dar é de um empréstimo e como empréstimo precisaríamos saber o quanto estamos autorizando o governo do Estado a antecipar em 15 anos, os 23 anos. estamos antecipando em 15, Deputado Divanir Braz Palma? Estamos antecipado em 4 e 8, em 3? Nós não sabemos nada! Esta Casa não está sendo informada de nada! Nós estaremos votando! Fica a indagação sobre a responsabilidade do voto que vamos dar.

É por esta razão que entendo que deveria o governo vir com um protocolo de intenções. O que estamos buscando é isso, junto ao governo federal, é um contrato em que coloque os títulos intransferíveis, com valores de deságio, com uma remuneração de tanto por mês ou por ano e isso não conhecemos. Esse é que é um crédito que o Paraná tem na ordem de três bilhões de reais. E daí? Vamos autorizar três bilhões de reais e não sabemos para quando, para quanto vamos perder. Essas soluções não podem ser buscadas dessa forma, porque senão estaremos cada vez mais, depauperando o próprio Estado sem estarmos criando soluções.

Volto a afirmar: não sou contrário a encontrar uma solução para a questão dos inativos e pensionistas. Entendo ser necessária e teria a maior boa vontade, inclusive, disposições política para contribuir com o Executivo nessa questão, mas sem conhecer, seria um ato de irresponsabilidade minha e não pretendo fazer nessa noite.

Muito obrigado e por isso não posso votar favorável ao projeto.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Para Encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para Encaminhar, com a palavra, o Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Indo na mesma linha que o ilustre Deputado José Maria Ferreira argumenta a esta Casa, todos os Senhores Deputados haverão de ter consciência do seu voto favorável ou contrário. No nosso pensamento, Sr. Presidente, nós que já exercemos como uma grande parte desta Casa um cargo executivo. No meu caso, fui Prefeito da cidade de Ponta Grossa, teria que buscar uma solução que não fosse esta. Como Prefeito antecipar a receita do meu município, de 23 anos, se ele tivesse royalties como tem o Estado do Paraná, que ora está oferecida a esta Casa, não teria coragem política suficiente de fazê-lo. Primeiro porque estaria prejudicando as próximas administrações do meu município como está sendo prejudicado as próximas administrações do Estado do Paraná. O Governador teria o livre arbítrio de antecipar a sua receita pelo seu tempo de mandato, aí sim, nós votaríamos conscientemente desde que tivéssemos os esclarecimentos pedidos naquela oportunidade em que aqui vieram os técnicos do Governo falar sobre os royalties e a sua antecipação. Acredito que nem o Líder do Governo sabe que o protocolo ainda não foi assinado. Não sabemos se é em 15 anos que serão eles resgatados ou em 8. O Governador Jaime Lerner, pelo que anunciava na Imprensa, esta semana estaria em Brasília, ainda, no término das negociações que seriam oferecidas ao Paraná e que esta Casa não tem conhecimento algum sobre a matéria que está sendo votada.

Além do nosso voto contra, Sr. Presidente, votamos conscientemente pelo bem do Paraná. Porque entendemos que o Governador deveria antecipar tão somente os royalties durante o seu exercício de mandato quando o povo lhe outorgou o cargo que ocupa. Entendo de que o Governador, não tendo outra saída, poderia também dar oportunidade a esta Casa para que dela saísse algumas premissas naquilo que é necessário, ao PARANAPREVIDÊNCIA, para sua composição em termos de capital. Entendo, também, Sr. Presidente, que nós devemos cuidar dos pensionistas, principalmente dos aposentados. E foi assim, Sr. Presidente, que, naquele

veto anterior, quando propunhamos junto com o ex-Deputado Marquinhos Alves, com o Deputado José Tavares atual Secretário de Justiça e com o Deputado Edgar Bueno, para que aqueles aposentados professores pudessem escolher dentro das instituições maiores de ensino, a pessoa do reitor a ser indicado, do reitor a ser referendado pelo Governo do Estado.

Queria que nesta mesma linha, queremos o bem do Paraná, dos aposentados e dos pensionistas, mas não antecipando esses royalties neste momento. Nosso voto é contrário, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar concedo a palavra ao Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Sr. Presidente, o PMDB vota contra esta proposta legislativa autorizando o Governo do Estado a antecipar 23 anos de royalties. Porque é uma maneira muito simplista do Governo, Sr. Presidente, para resolver problema de ordem administrativa e problema de caixa do Governo Estadual. O Paraná hoje passa por uma situação vergonhosa, lastimável. Os nossos governantes: O Governador Jaime Lerner; os Secretários de Estado ficam rastejando de pires na mão, em Brasília, atrás de míseros recursos para poderem fazer frente às demandas no nosso Estado. O nosso Estado modelo da Federação, o nosso Estado modelo no saneamento urbano, o nosso Estado modelo com a empresa de ponta na energia elétrica, com a administração enxuta. quando em 1994 findou o Governo Requião-Mário Pereira, o Estado comprometia 56% da receita com a folha de pagamento, Senhor Presidente. E hoje estamos aqui, docilmente, analisando sem nenhum questionamento, algo que diz com a vida do povo do Paraná.

São 23 anos, Senhor Presidente, que estamos aqui hoje deliberando. É uma decisão que, na verdade, não pode ser dada de forma dócil. Nós, Deputados que fomos eleitos pelo povo do Paraná, temos que ter responsabilidade de definir os rumos deste Estado, de votar com consciência, de buscar oferecer às futuras gerações um Estado melhor, um Estado que tenha uma vida melhor à sua população.

Agora, o que quer o Governo Jaime Lerner, sempre com uma forma mágica, uma forma simplista, pega o dinheiro de 23 anos futuros, para tapar os rombos da insensatez administrativa dos desmandos que esse Paraná viu, que este Estado viu com o gasto, com a publicidade, 500 milhões de reais jogados na publicidade e por aí afora, Senhor Presidente, por isso o PMDB diz não! Votamos contra essa iniciativa, queremos preservar o Estado do Paraná, queremos que o Estado do Paraná seja bem governado, não queremos comprometer o futuro, o futuro das gerações que virão, e o nosso mesmo futuro, e é por isso que nós, na defesa

do Paraná, na defesa da nossa gente, iremos votar contra, Senhor Presidente.

O SR. HERMES FONSECA (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O PT também vota contra esta mensagem, por entendê-la em primeiro lugar em perfeita vaga e mais do que isso porque ela fere o estabelecido na Constituição Federal, no seu artigo 167, inciso 7, e na Constituição Estadual, artigo 135, inciso 7 também, que repete o texto constitucional federal.

O projeto, a mensagem não estabelece os limites da operação pretendida, dos créditos pretendidos e portanto, é totalmente inconstitucional, porque o texto da Constituição Federal diz o seguinte: “São vedados a concessão ou utilização de créditos ilimitados”. Esse é o nosso entendimento, é o entendimento da Bancada do PT e creio da Bancada de Oposição, e o mesmo argumento que defendi na Comissão de Constituição e Justiça desta Casa e que foi vencido pela maioria da base do Governo.

Portanto, entendemos que por ser inconstitucional, e hoje estamos discutindo pura e simplesmente a constitucionalidade, peço o voto contrário a todos os Pares desta Casa.

O SR. PÉRICLES MELLO

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero, juntamente com o Deputado Hermas, falar em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, da razão do nosso voto contrário a esse projeto.

Acho que além das razões alegadas pelos vários Deputados, existe uma razão estratégica. O que está acontecendo nesta Assembléia e neste Governo marca, sem dúvida, a história do Paraná, esses acontecimentos vão ser julgados pelas gerações que vão nos suceder.

Legislamos esta Casa um grande número de vezes no escuro, sem ter condições de fazer uma análise da situação do Estado.

A semana passada estive aqui o Secretário Giovanni Gionédís e segundo seus próprios números, os números que ele nos oferece claramente, o Paraná deve hoje mais de 9 bilhões de reais, sem contar que daqui uns dias passa a dever mais 1 bilhão e 700 a 2 bilhões e 200 com relação ao BANESTADO, porque o BANESTADO, com seu saneamento tem necessidade de mais recursos dessa ordem, e agora essa antecipação dos Royalties, que vai antecipar a receita do futuro, da ordem de mais um bilhão e meio de reais.

Sem contar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que esse Governo queimou ativos do estado, coisa que governos anteriores não fizeram, o próprio Secretário nos relatou e por isso nós sabemos, caso contrário não saberíamos, um bilhão e setecentos milhões de reais, receita que entrou de venda da COPEL e da SANEPAR, de ações dessas duas empresas.

Ora, a situação é muito grave, e existem questões das finanças futuras do Paraná que nós não sabemos. Não

sabemos porque, infelizmente, não podemos ter direito à informação, que segundo os preceitos básicos da Democracia é um direito das minorias.

E nesta Casa quase todos os requerimentos que fazemos para compreender melhor a situação estrutural do Estado do Paraná, são sumariamente rejeitados pela Bancada da Situação, mais grave ainda, o Poder Judiciário deste Estado às vezes se curva ao segredo, ferindo a norma da Constituição que garante a informação como um direito, cláusula pétrea, é direito de cidadão que garante os negócios públicos da administração pública, a legalidade, a impessoalidade, a moralidade.

O próprio Secretário, nós o interrompemos quando ele falou em ICMS futuro, falando das grandes empresas que se instalaram no Paraná com a ajuda do Governo Jaime Lerner, que não sabemos de quanto foi, e ele mesmo disse que o ICMS futuro não haverá, porque segundo o protocolo que obtivemos, de forma ilícita, como diz o Secretário, porque da forma lícita não nos foi possível, diz naquele protocolo que daqui a 3 anos, 4 inicialmente, mas a Renault já se instalou há algum tempo, quando a Renault começar a pagar o ICMS atrasado, ela não vai pagar porque o Governo vai lhe dar dinheiro emprestado até chegar a quantia de um bilhão e meio de reais que vão ser devolvidos em 10 anos, sem juros e sem correção monetária. Isso da Renault, e as outras empresas? É corrente a conversa em todos os lugares que, inclusive, para as empresas que oferecem insumos para as montadoras foi dado dinheiro e apoio, que não sabemos que quantia e que tipo de contrato foi realizado.

Portanto, a nós é dado, como representantes do povo do Paraná, conhecer o futuro das nossas finanças. E por isso vamos ser cobrados pela história e pelas gerações que vão nos suceder.

São questões gravíssimas a que os Deputados não têm nenhum acesso. Por todos esses motivos, Senhor Presidente, não podemos, de forma alguma, comprometer as finanças futuras, mais do que isso, estamos comprometendo as finanças em funções de um fundo que há uma série de dúvidas e questões legais, inclusive, sobre ele.

A Bancada do Partido dos Trabalhadores tem um mandato, uma ação de inconstitucionalidade, ao Supremo Tribunal Federal e é bem provável que essa ação seja ganha. Várias liminares já foram obtidas sobre alguns momentos desse fundo, da questão médica-hospitalar, que já provamos que tínhamos razão na nossa argumentação, e pode ser que também aconteça com relação ao Fundo de Previdência do Estado.

Na verdade, esse recurso que utiliza o Governo, Poder Executivo, é uma comprovação cabal da falência financeira do Estado do Paraná, o Governo não tem recurso sequer para pagar os aposentados e tenta usar de um recurso ou outro, que é adiantar as finanças do futuro.

Por todos esses motivos, a Bancada do Partido dos Trabalhadores vota contra e faz questão de mostrar ao povo do nosso Estado os motivos do nosso voto contrário.

Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. WALDYR PUGLIESI (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, quando da visita do Secretário Gionédís, a esta Casa, ele fez carga pesada contra a Lei Kandir.

E eu me lembro que quando se discutia essa Lei Kandir, tivemos da parte do Governo do Estado, na realidade, uma posição na realidade uma posição de completa concordância com a implantação dela. Tanto é que os Deputados que sustentam o Governo, não só aqui no Paraná, mas o mesmo pensamento dominante que existe neste Brasil, todos lá em Brasília concordaram com a implantação da Lei Kandir. Agora, o Secretário veio aqui fazer o “mea culpa”, a Lei Kandir não presta, não interessa ao Paraná.

Falou o Secretário: o nosso Estado perdeu quinhentos e dez milhões de dólares, mas este é o grande problema da política no Brasil hoje. O Presidente da República tem determinadas intenções de implantação de determinadas políticas e aí, os governadores quase que sem exceção, em busca, no segundo tempo, de receber recursos, concordam com tudo.

Este “mea culpa” que o Secretário veio fazer aqui, em relação à Lei Kandir, anatem todos os Senhores Deputados, será um “mea culpa” que se fará daqui há alguns anos, quando o Líder Rossoni diz o seguinte: a oposição joga bilhão para cima, joga bilhão para baixo, como se fosse meia dúzia de tostões. Pois bem, na avaliação que fazemos, a arrecadação de 23 anos de royalties daria mais ou menos a quantia de três bilhões e duzentos milhões de reais, ou um bilhão e seiscentos milhões de dólares, como diz o Secretário Gionédís.

Pois bem, esta quantia, na realidade, vai ser recebida pela metade. Porque o Governo está, e como todos que me antecederam falaram, está para assinar um protocolo de intenções que não define o número dos anos em que o Paraná receba esta quantia. O que é que estará envolvendo toda esta negociação? Fiz na Constituição e Justiça e depois no Gabinete do Líder Rossoni, algumas indagações ao Secretário: haverá deságio? Não, os Títulos são públicos, federais, inegociáveis. Mas estamos cheios de dúvidas, como estamos também em relação àquela vinda do Secretário aqui nesta Casa.

Falou-se muito em estadista. O Governador está se comportando como um estadista. Pois, veja bem, palavras do Secretário no Gabinete do Líder da Bancada, estou me desviando um pouco do assunto central: “não vamos pegar os royalties e as ações da COPEL e torrá-los imediatamente, estamos pensando no futuro porque vamos resolver o problema da previdência. O Governador está se comportando como um estadista.” Não é bem

assim, porque na medida em que apanha este dinheiro futuro, joga num caixa, é lógico que ele vai ficar desonerado, vai ficar desobrigado de outras coisas porque, se coloca quinze milhões aqui, ele não vai ter que retirar estes quinze milhões lá, e, aí é que vem o nosso medo, o temor da oposição: se antecipa o recebimento dos royalties, se queima este patrimônio público que foi construído ppor gerações de paranaenses que é a COPEL, e depois estará o Governador livre para jogar recursos na campanha do ano que vem, aumentando a sua capacidade de endividamento.

Portanto, estamos, pessoalmente não estou convencido de que esta seja uma alteração que venha trazer benefícios duradouros ao Estado do Paraná. Acho sim que o Governo deveria ver o que aconteceu com a folha de pagamento. Acho que o Governo deveria ver aquilo que ele gasta com propaganda para dizer que é um bom Governo. Muitas questões estão na nossa cabeça de maneira muito superficial colocada pelo Governo do Estado.

Portanto, venho me colocar, inclusive acompanhando os companheiros que levantaram esta questão, votando contra até no âmbito constitucional, porque não estamos também convencidos que seja constitucional este projeto de lei.

E imaginem aquilo que o Zuk começou a falar - eu que fui Prefeito três vezes ou os que serão Prefeitos ou os que já foram - imaginem você chegar para a população e falar - olha, estou mandando um projeto de lei para receber o ISS, o ICMS, o IPTU dos próximos 23 anos para resolver o problema agora e quem age desta maneira, no meu entendimento, está longe de ser estadista.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Continua em discussão. Com a palavra, para encaminhar, Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada, quero iniciar aqui minhas palavras com toda a tranquilidade de quem está conduzindo as questões do Governo aqui com a plena consciência de quem está no rumo certo e no caminho certo.

Meu querido Deputado Waldyr Pugliesi, na sua ausência, Deputado Waldyr Pugliesi, da vida política do PMDB ou desta Casa, talvez, não cuidaram bem do seu PMDB.

Veja como a história é triste. Ouvi aqui o seu pronunciamento fazendo a defesa da não antecipação dos royalties e queria e quero responder a Vossa Excelência com todo o respeito que tenho à sua pessoa, à sua história, dizer ao senhor que não cuidaram bem do seu PMDB enquanto o senhor estava ausente, porque certamente algumas atitudes tomadas no passado não teriam sido tomadas se Vossa Excelência estivesse aqui nesta Casa ou estivesse à frente dos destinos do Governo que era dirigido pelo seu Partido.

Quero lhe responder primeiro dizendo o seguinte: será que é mais justo vender a TELEPAR para construir uma rodovia federal ou fazer uso dos ativos do Estado para reconstruir a previdência do Estado que é uma herança que nos deixaram? É uma pergunta que podemos fazer aos paranaenses para nos trazer tranqüilidade para votar esta lei. Vendemos a TELEPAR para construir uma rodovia federal. Agora queremos antecipar recursos para capitalizar um fundo, um fundo que deveria ter bilhões no seu caixa e não tem, porque só existe o fundo e não existem os recursos.

Peço aos senhores - é mais importante a rodovia que liga Santa Catarina ou os servidores públicos deste Estado?

Acredito sim que são os servidores públicos deste Estado. Não pedimos para extinguir o Fundo Previdenciário do Estado. Quando estávamos aqui nesta Casa votamos contra a extinção do Fundo Previdenciário do Estado. Bem ou mal feito, mas tínhamos um fundo, certamente hoje nós teríamos que nos desfazer dos ativos do Estado muito, menor em quantidade, talvez nem precisássemos antecipar os royalties, talvez nem precisássemos nos desfazer das ações da COPEL para capitalizar esse fundo.

E digo mais, hoje nós estamos discutindo aqui a constitucionalidade, nem entraria no mérito, nós estamos legalmente discutindo a constitucionalidade desse projeto, e esse projeto ele é Constitucional porque ele está sendo aprovado sob a égide e sob a medida provisória 1913, medida provisória do Presidente da República, aonde essa medida de antecipação dos royalties não foi mágica, Deputado Nereu Moura, do Governador Jaime Lerner; foi criatividade, criatividade para achar uma solução que está levando o Estado do Paraná a insolvência. Por que no passado não criaram esse fundo, não deixaram lá os recursos para que agora nós pudéssemos usá-los para pagarmos os inativos e os aposentados? Disse aqui o Secretário Giovani Gionédís, 36% da receita desse Estado é usada para pagar inativos e aposentados. Não foi nós que pedimos para receber e temos esse problema no Estado.

O melhor seria se estivéssemos aqui, Sr. Presidente, não defendendo a antecipação dos royalties, mas sim defendendo outras questões do Estado do Paraná e dizendo: Graças a Deus, o Estado do Paraná é o único Estado brasileiro que tem o fundo previdenciário com saúde financeira, e estamos saldando os nossos compromissos com os servidores que deram a sua vida por esse Estado com recursos desse fundo. Mas não é verdade. Quem teria sim que votar favorável a esse projeto, o primeiro Partido que deveria votar favorável a esse projeto seria o PMDB. Nós estamos aqui sim tendo a coragem de acharmos a solução, e certamente essa solução não é para o Governo Jaime Lerner. Disse muito bem aqui o Secretário Giovani Gionédís quando disse: “se nós quiséssemos resolver apenas o problema do Governo Jaime Lerner nós venderíamos as ações da COPEL, daria

aí em torno de três bilhões, teríamos um bilhão por ano para investimentos, faríamos um grande Governo, e deixaríamos para o futuro Governo resolver o problema previdenciário. Mas o Governo Jaime Lerner realmente está sendo estadista, ele está, ao antecipar os royalties, ao comprometer 70% das ações da COPEL no fundo previdenciário, ele está de uma vez por todas terminando com essa questão e criando um fundo previdenciário para este Governo e para os próximos Governos. Certamente os próximos governantes quando não tiverem o comprometimento dos 36% da receita com inativos e aposentados, certamente será melhor administrar esse Estado. Não sei se Vossa Excelência permite, mas foi permitido na outra Sessão, o Deputado José Maria está pedindo um aparte, só gostaria que o Deputado fosse breve para que eu pudesse concluir o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Os apartes só são concedidos com anuência daquele que está falando. Se Vossa Excelência concede o aparte a Mesa não cria óbices.

O Sr. José Maria Ferreira

Agradeço a gentileza de Vossa Excelência e a anuência da Mesa que esse aparte possa ser concedido. Vossa Excelência por reiteradas vezes tem afirmado que este governo, de então o nosso Deputado está falando do Roberto Requião tinha a responsabilidade de fazer um fundo, porque tinha que constituir, porque hoje teria bilhões neste fundo.

Primeiro, é bom que a verdade se restabeleça, os recursos de 48 bilhões, que tinha então depositado no fundo, que foi retornado ao caixa do tesouro, através da lei 10.219 foram recursos depositados da receita própria do Estado. O Estado não avançou naquela administração em nenhum recurso de empréstimo ou de qualquer forma de financiamento.

Esta lei foi votada em 1992. O Governo Requião assumiu o governo em 1990, dois anos depois. Gostaria de perguntar, Deputado Valdir Rossoni, o Governo Lerner tem cinco anos de governo, se ele só tivesse um pe-ríodo de mandato, ele já não teria tido tempo de estar votando o PARANAPREVIDÊNCIA e o Instituto de Previdência do Estado? É uma das reflexões.

A outra, é que os recursos que tanto fala da capacidade, da gestão empresarial, da visão que este Governo tem, estamos observando que nada fez mais do que simplesmente buscar o que foi poupança de todos os períodos de governo.

Para concluir, o Governo Lerner beneficia-se, o vosso governo beneficia-se, porque ele vai com esta operação, com esta engenharia, estar tirando 36% da folha de pagamento, ou seja, 96 milhões de reais, todo mês. Isto dá a bagatela de um bilhão e cem milhões por ano.

Muito obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI

Concordo com Vossa Excelência, quando diz que nós seremos beneficiados. mas o Governo Jaime Lerner será beneficiado por apenas três anos. O futuro deste Estado será beneficiado por toda a sua história. Isto que é importante.

Quero dizer a Vossa Excelência, se a atitude do Paraná fosse ilegal o Presidente da República, do seu partido, é que assinou a medida provisória está a maior prova da legalidade da atitude, da ação, do Governo do Estado do Paraná.

Obrigado.

O SR. EDGAR BUENO

Para encaminhar, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Sr. Presidente, Srs. Sras. Deputadas, na verdade os meus antecessores, Deputados da oposição, já fizeram as suas colocações e contestações, que até nem caberia, vir de volta a esta tribuna. Mas ouvindo atentamente o que disse o líder do governo, ao acusar governos do PMDB, que nunca fiz parte, mas em respeito aos cabelos brancos do Annibelli e do Valdir Pugliesi, gostaria de fazer o seguinte colocação: a TELEPAR possuía apenas 6%, o Paraná possuía 6% das ações da TELEPAR. E estes apenas 6%, que foram vendidos pelo governo, do então PMDB, serviu para construir rodovias, ou seja, a 376, para salvar vidas. Não é isso, Deputado Nereu? Gastou-se o dinheiro das ações da TELEPAR, para salvar vidas.

O Governo do Paraná vende o BANESTADO. O Governo do Paraná vende a COPEL. O Governo do Paraná vende a SANEPAR. Sabem para quê? Para gastar em publicidade. Para gastar nos Jogos Mundiais da Natureza, para fazer competição de tartaruga. E para tudo isso consumiram 80 milhões de reais. Aliás, estão devendo até hoje alguma coisa ainda para os órgãos de Comunicação a nível nacional. O Luciano do Vale que o diga: são milhões e milhões que o Luciano do Vale tem, esperando este recebimento e que até hoje encontra-se, apenas, na promessa. Então, Senhores, vejam a diferença de caráter de Governo, de prioridade de Governo. Vende-se apenas 6% de parte de uma estatal para salvar vidas e outros vendem tudo, torram o patrimônio do Estado do Paraná para gastar em publicidade.

Ora, Senhores, eu quero, também, me apegar aqui, à inconstitucionalidade desta Mensagem. O art. 167 da Constituição Federal combinado também com o art. 131 da Constituição Estadual, mostra, com clareza, que é Projeto inconstitucional, nós da Oposição, vamos entrar se não tiver outro jeito, porque o governo é surdo, não compreende, não quer aceitar que a Constituição Estadual e Federal mostram essa inconstitucionalidade da ação deste Governo, só resta à Oposição entrar com uma ação direta de inconstitucionalidade! Senhores Deputados. Não há outra saída para um Governo que quer comprometer 23 anos de arrecadação, comprometendo Governos futuros,

gerações futuras e não aceita comprometer os 3 anos que restam a este Governo.

Haverá emendas sim, amanhã, propostas pela Oposição. Para que nós possamos propor a esta Casa de Leis - esperamos a compreensão dos Senhores Deputados - que o Governo Jaime Lerner tem o direito, sim, de comprometer as futuras arrecadações do seu Governo. Portanto, até 2.002. Isso é coerente. É coerente para aquele que deseja comprometer as finanças do Estado e é coerente para nós, também, que fizemos parte da Bancada de oposição, aceitar que o Governador Jaime Lerner comprometa o seu Governo e não os futuros.

Com aparte o Deputado Ademar Traiano.

O Sr. Ademar Traiano

Vou ser breve. Quando Vossa Excelência falou da questão da venda de ações da TELEPAR para salvar vidas construindo uma rodovia federal, acho que a medida adotada pelo Governador Jaime Lerner também ela é altamente aceitável pela população paranaense, porque ela também visa salvar vidas.

Porque, o funcionário público estando protegido pelo seu pagamento, com certeza também está sendo salvaguardado. Além do que acho que o Governador Jaime Lerner, talvez, tenha copiado o modelo deste seu projeto de antecipação de "royalties", do Governador do seu Partido lá do Rio de Janeiro - se não me falha a memória, que também buscou uma antecipação de "royalties" da PETROBRAS e acho que o discurso de Vossa Excelência está sendo, neste momento, incoerente. É importante que Vossa Excelência procure se atentar e conhecer mais de perto a ação do próprio Governador do seu partido do Rio de Janeiro.

Obrigado.

O SR. EDGAR BUENO

Com aparte o Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni

Não entrarei na questão do seu pronunciamento. A única questão é ressaltar aqui que no meu pronunciamento estava divergindo da opinião do Deputado Waldyr Pugliesi e Vossa Excelência usou em tom pejorativo, os cabelos brancos do Waldyr Pugliesi e do Deputado Antonio Annibelli. Quero dizer a Vossa Excelência que o mesmo respeito que Vossa Excelência tem por eles, também tenho.

O SR. EDGAR BUENO

Quero dizer que Vossa Excelência está incapacitado para fazer esse julgamento. Isso não lhe cabe como Parlamentar, isso é uma expressão minha usada com os meus companheiros de Oposição. Sabe muito bem Vossa Excelência, que exilados em Oposição, eles dividem o pão. Sabe muito bem!

Quero também dizer que continuamos batendo nessa tecla da inconstitucionalidade, mas pior do que

isso, da incoerência administrativa das finanças públicas do Estado do Paraná, com a questão da antecipação de 1 bilhão e 600 milhões de dólares transformados em real, vamos para 3 bilhões e 200 milhões. Isso tudo entregue por 1 bilhão e meio de reais. Entregue assim um valor maior de dólar e recebe-se de volta menos da metade em reais.

Isso é uma incoerência que precisa ser contestada e vamos continuar usando a tribuna da Assembléia Legislativa para fazer essas contestações.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Para encaminhar, o Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Acho que o grande centro dessa discussão, talvez seja exatamente o central da argumentação que o Deputado Valdir Rossoni trouxe à Assembléia. Que na realidade expressa a posição do Secretário Giovani Gionédis. Qual é o centro da argumentação do Deputado Valdir Rossoni é a seguinte: O Estado do Paraná não tem como pagar a Folha de Pagamento. Não tem como pagar os aposentados. Os aposentados hoje, participam com 36% da folha de Pagamentos. E o Estado do Paraná, a exemplo dos outros Estados, está com a sua receita praticamente comprometida na integralidade com o pagamento dos funcionários da Ativa e dos funcionários pensionistas e aposentados.

Para justificar do ponto de vista político, a argumentação do Deputado Valdir Rossoni, Líder do Governo, faz uma contraposição com os Governos passados. E aí faz até uma crítica deselegante, ao Deputado Waldyr Pugliesi, não ao deputado Waldyr Pugliesi, mas ao Governo do PMDB no passado, porque extinguiu um Fundo de Previdência que foi criado na gestão do Governador Roberto Requião.

Ora! Não tem como sustentar a sua argumentação Deputado Valdir Rossoni, não tem em hipótese alguma. Em primeiro lugar, o Fundo que foi criado, quando Vossa Excelência foi aqui Deputado, tem o seguinte parâmetro: Os funcionários Públicos do Estado do Paraná, aposentados ou não, correspondiam 65%, da arrecadação do ICMS. A criação do Fundo, já prevendo a necessidade da existência de um Fundo, previa o seguinte: O Governo do Estado, com verbas do Tesouro, pagava a Folha dos Aposentados e colocava uma outra no Fundo. Além disso, os perto de setenta milhões de reais, das ações que o Estado tinha na TELEPAR.

Ora! Nós sabemos que setenta milhões de reais ou de dólares na época, das ações da TELEPAR, não iriam alavancar um Fundo de Previdência dos funcionários públicos do Estado do Paraná. Mas já era uma iniciativa do Governo. Só que o Governo, não analisei bem, corretamente ou não, o Governo não tinha como depositar duas folhas adiantada para a constituição do Fundo naquela época.

Então dizer que o governo drenou recursos do Fundo para fazer qualquer outra obra, é um sofisma. Porque o Governo não retirou dinheiro de ninguém, o Governo apenas deixou de depositar uma parte sua no Fundo. Pergunto, da receita própria do Estado do Paraná, não da receita dos royalties, não da receita que era proveniente e destinada para promover o desenvolvimento urbano, o desenvolvimento regional do Estado do Paraná, como são as verbas do royalties, um único centavo que o Governo tenha do Governo Lerner, foi depositado para qualquer Fundo? Não foi e não será; nenhum centavo do Governo Lerner, para constituição do Fundo. Mesmo porque o Fundo hoje precisa para se constituir mais de três bilhões de reais, para poder cumprir aquilo que se pretende com a criação do ParanaPrevidência. Senão está descartado a possibilidade deste fundo venha a ter qualquer resultado.

Qual foi o problema do Lerner? O problema do Lerner é que, a folha de pagamento que em 94 correspondia a 65% do ICMS, hoje corresponde a 80% da receita líquida corrente do Estado do Paraná, somando todas as transferências constitucionais.

Então, do ICMS propriamente dito, os funcionários públicos do Estado do Paraná, hoje comprometem 110% da arrecadação o ICMS, vejam o acréscimo que teve.

O governo fez o quê? Imaginem os senhores que a folha de pagamento não teve esse inchaço na gestão do Governo Lerner. Teria problema o fundo, hoje? Teria problema para pagar os aposentados? Mesmo correspondente a 36% da folha, não teria problema. O que houve na realidade, um descompromisso, um descasamento entre a arrecadação do estado e o comprometimento com a folha.

Pulou de 655 milhões, que foi a folha de pagamento em dezembro de 1994, isso em reais pulou para hoje, para três bilhões e duzentos milhões de reais.

Ora, três bilhões e duzentos milhões de reais comparativo à 655 milhões de reais, em dezembro de 1994, demonstra que o governo não teve controle nenhum.

Por que o governo não teve controle?

Aí, talvez fizéssemos uma análise do que foi a gestão do Lerner, nos dois primeiros anos. O Secretário da Fazenda não controlou a Receita do Estado e não controlou as despesas.

Pior do que isso, se formos pegar o quadro estatístico, o ICMS, até dezembro de 1994, arrecadava em dólar por mês 140, 150 milhões de dólares, todo o mês.

Com o Plano Real de 1995, chegamos em abril de 1995 arrecadando 220 milhões de dólares/mês.

Ora, a equipe do Governo, a equipe da Secretaria da Fazenda achou que tinha muito dinheiro. Dobrou mais do que a metade da arrecadação em 6 meses, de 150 milhões pulou para 220 milhões, teve um acréscimo de 70 milhões/mês na arrecadação.

Houve um descompasso, houve um descontrole entre receita e gastos. Com isso, a folha de pagamento acabou chegando no patamar que chegou.

Hoje, o Estado não tem capacidade financeira para gerir a folha de pagamentos do Estado, nem dos aposentados nem dos aposentados da ativa e não tem capacidade para o custeio da máquina administrativa. Tanto é assim, que vemos pulando na imprensa volta e meia, os empresários, pequenos e microempresários em atraso, prefeituras que não recebem os convênios que foram assinados há oito meses atrás, e assim por diante.

Literalmente, o Estado hoje está numa situação de inadimplência.

Então, o Deputado Valdir Rossoni faz a mesma técnica que o Secretário da Fazenda, Giovani Gionédís veio fazer aqui na Assembléia. O Giovani Gionédís teve o mérito de reconhecer que a dívida é de 9 bilhões hoje e trouxe um número a mais ainda, que o Estado do Paraná já queimou 1 bilhão e 700 milhões das ações da COPEL e dos 220 milhões, da SANEPAR. Dado esse que não conhecíamos. Aonde foi aplicado esse dinheiro?

Vejam bem, 1 bilhão e 700 milhões - as palavras do Secretário - foram vendidas as ações da COPEL e da SANEPAR que não sabemos onde foi aplicado esse dinheiro. Com certeza, esse dinheiro foi aplicado aonde? Para pagar algumas irresponsabilidades do Governo, com a operação dos Jogos da Natureza, muitas das verbas da publicidade, os 400 milhões foram para a publicidade. Outras verbas dessas vieram para pagar salário de funcionários.

Mas do ponto de vista de pegar um ativo do Estado do Paraná e fazer com que esse ativo seria revertido do ponto de vista estrutural da economia paranaense. Tivemos a queima de um ativo na ordem de 1 bilhão e 400.

Pior ainda, vamos agora - vamos não, porque a Oposição vai votar contra - mas a COPEL será privatizada nos 37% das ações ordinárias que restam e, segundo os dados deve dar uns 3 ou 4 bilhões de reais. Espera-se esse número. 70% desses recursos, para pagar a folha de pagamento dos aposentados do Estado do Paraná, para constituir o PARANAPREVIDÊNCIA.

De quem é a culpa? De qual é o Governo, onde está a causa estrutural, para esse descompasso entre receita e despesa em relação a folha de pagamento do Estado? Quem é que trouxe esse problema, para o Paraná? Foram os 50 mil servidores celetistas que foram incorporados - do ponto de vista da aposentadoria - porque os salários já estavam incorporados? Quantos celetistas se aposentaram nesse período? Porque são 4 anos. Cinco mil, dez mil celetistas? Qual foi o grande furo da administração pública, que pegou uma folha de pagamentos, onde que o ICMS garantia a folha de pagamento dos aposentados e dos inativos? Não contratou funcionário público nenhum, porque não teve concurso público, apenas da Polícia Civil que não foram chamados, até agora. Até a Assembléia votou aí a extinção

desse concurso. Não teve inchaço na máquina pública, do ponto de vista dos professores e nem da saúde.

Pergunto: quem foi o responsável pelo descompasso da folha de pagamento do Estado, entre a sua receita e a sua despesa? Foi o Governo Lerner, não foi outro Governo! Não é o Fundo da Previdência, que foi criado lá e foi extinto lá, porque esse não trouxe impacto nenhum. Aliás, coitado do Governador Jaime Lerner, se tivesse que depositar sempre pelo fundo uma folha de pagamento a mais para constituir o fundo.

Talvez, o Governo não tivesse cometido tanto desatino como cometeu.

O aparte para o Deputado Cezar Silvestri.

O Sr. Cezar Silvestri

Acredito que Vossa Excelência está cumprindo com o seu papel de Oposição. Esse debate leva e está claro, inclusive com a vinda do Secretário Gionédís, porque teremos de um lado a Oposição dizendo que o grande culpado pelos números apresentados, pela dívida do próprio Governo do Estado, pela situação que o Governo do Estado se encontra, seria o Governo Lerner. Em contrapartida, a Situação, os Deputados que apoiam, principalmente o Deputado Líder do Governo, cumprindo a sua missão, dirá que esse comprometimento vem de muitos governos.

Eu aqui estava na Casa, desde 1990, quando fui eleito Deputado e lembro bem que a sua Bancada do PT votou junto conosco na época contra a extinção do Fundo de Previdência e já antevendo as dificuldades que o Governo do Estado encontraria.

Logicamente se entrarmos na discussão, o Governo dirá que o grande fator complicador para as finanças do Estado foi inclusive a queda da inflação. Concordo com isso e lembro-me bem que naquela época de inflação alta, algumas prefeituras, que tiveram visão e foram responsáveis, capitalizaram-se e chegaram a pagar a totalidade da folha apenas com os recursos oriundos da aplicação financeira.

Isso não fugia a regra também com o Governo do Estado. Para piorar a situação do Governo Lerner, no final do Governo Mário Pereira, o Governador deu um aumento ao funcionalismo de nível superior, chegando ao índice de 70%, e depois foi feito um acordo através desta Casa, onde esse índice ficou - se não me engano - 16% linear.

Agora, Vossa Excelência deve concordar comigo que você dá 16%, no período onde não tem inflação, você tem que aumentar 16% da receita do dia para a noite. E isso realmente comprometeu e muito as finanças do Governo Lerner. E não houve aumento da contratação dos números de funcionários, foi apenas numa ação do ex-Governador Mário Pereira.

Então logicamente se formos questionar de um lado a Oposição cumprindo o seu papel, dirá que o culpado é o Governo Lerner, do outro lado os Deputados da

Situação vão dizer que isso vem de vários governos, com várias alternativas.

Hoje, cabe a nós Deputados, concordarmos ou não, que a solução para o Estado do Paraná e também para todos os Estados da Federação e aí se inclui alguns estados governados por governadores do seu partido que também estão seguindo o mesmo rumo, de que a Situação para os estados e os municípios a regularização dos Fundos de Previdência.

Hoje, a Situação é insustentável. O Estado do Paraná realmente não importa se tivermos a frente do Governador Jaime Lerner. O Governador do partido que tiver se não acertar a questão dos inativos e pensionistas dificilmente terá condições de governar. Essa é a questão maior. A solução é essa e estamos votando com tranquilidade, porque a grande preocupação da Oposição, se eu fosse Oposição, a grande preocupação seria: Como esses recursos da antecipação dos *Royalties* serão aplicados? Vão ser aplicados 100% para capitalização do Fundo? Muito bem, Vossa Excelência é testemunha que me posicionei no início da Legislatura passada contra a venda das ações da COPEL e o questionamento da época era pelo valor e acabamos provando que estávamos certos, que as ações de 6 reais chegaram a 18 reais. Hoje sou obrigado a concordar que o governo não tem outra alternativa, tanto é que votei favoravelmente à privatização da COPEL. O grande questionamento nosso é esse. Há necessidade de capitalizar o Fundo? Há. Os recursos serão aplicados para que realmente haja essa capitalização? Serão. Em cima disso acho que teremos que votar e votar com a consciência tranquila. Me considero tranquilo para votar, por isso votarei favoravelmente à antecipação dos *Royalties* porque acho que não há outra solução para o governo do Estado.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Acho que o Deputado Silvestri tem razão em algumas de suas ponderações. Se formos analisar com isenção, vamos buscar onde estiveram os principais erros. Por que o Estado chegou a essa situação de inadimplência? Por que hoje a Receita não é suficiente para pagar sequer a Folha de Pagamento do Estado? Nós não melhoramos do ponto de vista de assistência, do Estado distribuir riqueza, porque quando o Estado constrói uma escola pública e contrata professor para dar escola pública de qualidade ou um serviço médico e de saúde para a população, o Estado está distribuindo renda, ele está ofertando serviço público e isso melhora a qualidade de vida dos cidadãos e ele distribui renda. O Estado tem essa possibilidade. Se formos olhar o Estado do Paraná nesses quatro anos, Deputado Silvestri, vamos pensar bem: houve um descompasso completo, um descontrole das finanças do Estado e não temos uma grande obra, uma obra nem no âmbito social e nenhuma obra estrutural do ponto de vista econômico que possa dizer o seguinte: “olhe, valeu a pena este sacrifício”.

Uma vez, discutindo a questão da COPEL, acho que os governos passados, que construíram essa empresa de energia elétrica, fizeram cinco usinas no rio Iguaçu. Fizeram isso com o sacrifício do povo do Paraná. Deixaram de investir no social, na educação, na qualidade de vida e em outros setores, e o Estado investiu para que a energia elétrica fosse suficiente para desenvolver as várias regiões do nosso Estado. Hoje não temos isso. O Governo Lerner, infelizmente, nesses quatro anos, não apresentou uma única obra do ponto de vista estrutural da nossa economia, a não ser qual delas? Temos duas obras. Uma: Vilas Rurais, que sabemos que não têm impacto econômico nenhum e nem do ponto de vista social está trazendo aquilo que se esperava. A outra obra: a atração de investimentos de empresas multinacionais que estão se instalando em nosso país.

A que custo isso está havendo e qual é o resultado ou benefício? Talvez daqui a dez ou 20 anos, possa trazer um desenvolvimento, do ponto de vista da geração de emprego, porque hoje, concretamente, na Região Metropolitana de Curitiba, as quatro montadoras estão instaladas, todas as outras metalúrgicas estão instaladas e o índice de desemprego - porque é estrutural - continua aumentando na Região Metropolitana da nossa cidade e pior do que isso, o problema social se agravou, porque pessoas estão vindo do resto do Estado e do resto do país, em busca de emprego aqui na Região Metropolitana e não estão encontrando sequer estrutura para ter uma qualidade de vida, como assistência médica, como escolas, como moradia, como transporte coletivo, saúde e assim por diante.

Veja bem, a par do descalabro financeiro, vamos perceber que do ponto de vista gerencial, programático do Estado do Paraná, acho que o governo se perdeu completamente.

Então, discutir a questão da antecipação dos *royalties*, para nós da Oposição é cara, porque esse dinheiro dos *royalties* constituía o único fomento que o Paraná tem de Fundo de Fomento, que é uma verba carimbada por causa do alagamento das terras de Itaipu, para que o empresário da região de Bituruna ou de União da Vitória ou de Cambé, pudessem pegar recursos do FDE, operacionalizado pelo Banco do Estado, a fundo perdido, para criar uma pequena empresa que tratasse ou do algodão ou que tratasse para fazer uma pequena fábrica de tecido ou para investir na criação de porcos e assim por diante.

Quer dizer, o Estado do Paraná vai perder um Instituto de Fomento que é o FDE, porque não vai ter mais nenhuma receita. A grande receita do FDE são os *royalties* de Itaipu. Todos sabemos isso. Perde o Banco do Estado do Paraná, que não terá mais nenhum banco.

Além disso, compromete financeiramente a nossa capacidade de endividamento. Vamos estar por 30 anos endividados, em perto de 12 bilhões de dólares e o Estado do Paraná não tem nenhuma ação, do ponto de vista estrutural. Seja para distribuição de renda e atacar os problemas sociais, seja para preparar o Estado do ponto

de vista do seu desenvolvimento estrutural. Nenhuma grande estrada será construída, nenhuma grande obra, do ponto de vista programático do governo será construída.

Pensem os Senhores Deputados: qual é o próximo passo do Governo do Estado no ano que vem. A luta para que o Governo Federal assuma as universidades estaduais. Ou, aquilo que o Governo já vem tentando fazer, introdução de mecanismos de mercado para que os estudantes paguem as mensalidades das escolas superiores públicas. O que é profundamente antidemocrático e não condiz com a tradição daquilo que queremos, que é um pouco mais de igualdade, um pouco mais de condições de igualdade para a disputa na sociedade que os filhos dos trabalhadores mais humildes precisam.

Concedo um breve aparte ao Deputado José Maria.

O Sr. José Maria Ferreira

Primeiro, gostaria de cumprimentar Vossa Excelência pela forma como conduziu o seu pronunciamento, mostrando a verdadeira realidade e a origem desses fatos. E também só mais um dado.

O Governo reclama, mas ele teve uma receita acessória que nenhum dos governos tiveram que foi de 377 milhões dos royalties, que passou a receber a partir de 95 até 99, somaram 377 milhões que foram internados no FDE através da Lei nº 5515 e que a partir deste momento estamos perdendo.

Outra coisa: V. Exa. discursou a respeito da questão das Oposições não estarem votando neste Projeto, o 552. Temos nossos questionamentos e as nossas motivações para não votar.

Mas levantaria uma questão e até isso faço em respeito ao Deputado Cesar Silvestri. O considero um Deputado sério, coerente e que tem buscado, especialmente na questão da COPEL, uma linha firme na defesa dos interesses do Paraná.

Ora, se temos questões outras para não votar este projeto, a Bancada que sustenta o Governo tem uma responsabilidade, se quer votar, que não pode abrir mão. Primeiro é porque está, através do art. 2º § 1º: “Fica autorizada: cessão, alienação, securitização, antecipação e a concessão de garantia em operações de qualquer natureza dos critérios provenientes do artigo 142 que trata dos recursos dos royalties.”

No mínimo, se quiserem votar, precisam definir quais são esses valores, o tempo, quanto esta operação vai custar ao Estado. Porque sabemos que estaremos alienando 3 bilhões de receita e não sabemos quanto será o valor entrado no caixa. Esta é a colocação.

Obrigado.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Concedo aparte a Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni

Vou procurar não ser repetitivo e ser breve. Gostaria muito de ouvir o pronunciamento do Deputado

Ângelo Vanhoni fazendo uma análise de quem nem foi Governo e nem é Governo.

V. Exa. no seu pronunciamento tem momentos de recaída. De recaída, de paixão pelo antigo Governo. Mas, só quero convidar V. Exa. a viajar pelo Paraná comigo, e quando V. Exa. fala em estrutural o Sr. não quer que fale em industrialização, vou citar um exemplo aqui para a V. Exa. sair pelo Paraná hoje, o Sr. visitar as escolas públicas do Paraná, todas elas hoje têm um laboratório de informática que não tinham.

Se V. Exa. quiser, sito por exemplo, a Cidade do Deputado Antonio Annibelli, que estive há uma semana aproximadamente lá, aonde inauguramos dois laboratórios em duas escolas, está sendo investido lá um milhão e 600 em saneamento, estou citando uma cidade do Paraná, para não citar os restantes das cidades.

Então, quando V. Exa. fala em estrutural, nesta questão estrutural o Governador Jaime Lerner é Dr. nisso, “Dr. Honoris Causa”, o mundo chama Jaime Lerner para dar palestras pelo seu profundo conhecimento em questão estrutural do Estado.

O Sr. Antonio Annibelli

Era só porque o Deputado Rossoni citou a minha Cidade de Clevelândia, gostaria de dizer a V. Exa. e a Casa, que como é bom ser oposição, lá o Requião ganhou e fui o mais votado, então se investe em município onde a Oposição é forte.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Só para concluir, tem mais um dado que me chama a atenção, O Deputado Cesar Silvestri acho que corretamente coloca a questão como deveria ser discutido, mas para nós da Oposição é caro votar a antecipação de royalties, entre outras razões que já foram enumeradas, também porque os royalties estão sendo destinados para o pagamento dos aposentados do Estado do Paraná, para constituir um Fundo de Previdência.

Segundo a argumentação do Follador, do Gionédís e de toda a Bancada de Situação é para garantir a perenidade da vida dos servidores públicos.

Quero alertar os Deputados, que se quer até hoje, e foi pedido exaustivamente o Governo do Estado apresentou os cálculos atuariais a respeito desse Fundo dos funcionários públicos.

É impossível, dizemos que podemos investir 1 bilhão e meio, ou 2 bilhões, ou 3 bilhões e que isso vai se dar o resultado daqui a 5, 10 anos, sem termos os cálculos atuariais.

O Governo sonou terminantemente esta informação para a Oposição.

Então, não temos condição nenhuma de votar este financiamento, mesmo porque Sr. Presidente, passam a ser uma espécie em extinção. A intenção do Governo é contratar pelo PARANAEDUCAÇÃO terceirizando serviços e não por mais serviço público para distribuição

de renda e para fazer serviços públicos e cumprir a sua função do Estado no nosso Paraná.

É esta lógica do PARANAPREVIDÊNCIA que está por trás dos royalties e da maneira como está sendo financiado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esta Presidência comunica a presença do jornalista Batier Ricari de Francisco Beltrão, seja bem-vindo.

Encerada a discussão votamos em 1ª Discussão, portanto apenas a constitucionalidade do projeto, imagino que amanhã na apresentação das Emendas a Discussão seja muito mais acalorada. Votamos, portanto, a 1ª Discussão do Projeto de Lei 552/99, os Deputados que aprovam a constitucionalidade do item 3, da pauta, autoria do Poder Executivo, queiram levantar-se.

Trinta e oito Deputados aprovam o projeto. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. Onze Deputados rejeitam o projeto.

O SR. EDGAR BUENO (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente, só para registrar os nomes dos Deputados que votaram contra a constitucionalidade dessa Mensagem do Governo: Deputados Nereu Moura, Edson Strapasson, Luiz Carlos Zuk, Antonio Annibelli, José Maria Ferreira, Waldyr Pugliesi, Péricles Mello, Luciana Rafagnin, Hermes Fonseca, Ângelo Vanhoni e, para finalizar, o Deputado Edgar Bueno.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Devidamente anotado. Está aprovado o projeto, trinta e oito a onze, o que comprova um quórum de 49 Senhores Deputados presentes a sessão.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

Acho que não poderia deixar de considerar ao Deputado Valdir Rossoni, que o programa que instituiu os laboratórios de informática no Estado do Paraná é do governo passado, na gestão do Secretário Elias Abraão. Quem planejou isso não foi o seu governador, foi o Secretário Elias Abraão que desenvolveu este programa.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para terça-feira, dia 23, logo após ao término da Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 022, 393, 524 e 544/99.

Levanta-se a sessão.